

40 as correções sugeridas pelo conselheiro Roberto Gava – enviadas no dia vinte de junho, a
41 Apromac não recebeu porque o conselheiro titular parece que não está aqui o e-mail dele,
42 pelo que estou vendo. Mas queria perguntar como essa pauta foi construída sem que os
43 conselheiros tivessem tido oportunidade de colaborar e qual a base legal dessa relação,
44 dessa ordem? Porque temos algumas considerações. É muito importante à pergunta da
45 Dr. Ana Cláudia, porque acho que aquela Reunião Extraordinária foi a que votou a
46 resolução 050, dos Resíduos Perigosos, que tratou do gerenciamento dos Resíduos
47 Perigosos. Qual foi aquela reunião? Porque no site antes de vir pra cá, procurei no site do
48 CEMA e só tem reuniões até 2004. As atas só têm até 2004 no site. Inclusive a última
49 reunião que está lá é a 7ª e nós estamos na 67ª. Tenho várias perguntas: Como essa pauta
50 foi construída? Se ela é feita de forma democrática? Qual a ordem de prioridade dos
51 pontos de pauta, Senhor Secretário? É uma explicação! E a ata da reunião que votou e
52 discutiu o que acabou dando como resultado a Resolução n.º 050.

53 O Sr. **Rasca Rodrigues**:- Em relação às duas atas, consulto os Conselheiros se
54 sentem em condições de discuti-las.

55 A Sra. **Rosane Vicente Gnipper**:- Se forem lidas sim.

56 O Sr. **Rasca Rodrigues**:- Coloco em votação se há necessidade de ler as atas, já
57 que foram enviadas antecipadamente.

58 A Srª. **Zuleica Nycz**:- Não foram, porque algumas entidades não receberam.

59 O Sr. **Rasca Rodrigues**:- Em votação. Os Conselheiros que acha dispensável a
60 leitura das atas permaneçam como estão, os contrários a este encaminhamento se
61 manifestem.

62 O Sr. **Hassan Sohn**:- APROMAC pela leitura da Ata.

63 A Srª. **Rosana Vicente Gnipper**:- S.O.S Bicho pela leitura da Ata.

64 A Srª. **Renata Garrett Padilha**:- IEPR pela leitura da Ata.

65 O Sr. **Tom Grando**:- Liga Ambiental pela leitura da Ata.

66 A Srª. **Laura Jesus de Moura e Costa**:- Cedeia pela leitura da Ata.

67 O Sr. **Vilson Schon**:- Fetraf-Sul pela leitura da Ata.

68 O Sr. **Rasca Rodrigues**:- Temos seis votos contrários, não havendo necessidade
69 da leitura.

70 O Sr. **Tom Grando**:- Só queria registrar, Sr. Presidente, se me der licença, que
71 estamos iniciando a reunião descumprindo a própria pauta. Obrigado.

72 O Sr. **Rasca Rodrigues**:- Vamos ordenar, a palavra solicitada será dada. Então
73 gostaria que os Conselheiros tivessem serenidade e calma que todos terão tempo
74 suficiente para falar sobre qualquer assunto. Então não há necessidade desse início
75 atropelado nesta reunião. São sete votos favoráveis à leitura da Ata e quatorze pela
76 dispensa da leitura da Ata. Passo para a discussão das Atas, o Conselheiro que tiver
77 manifestação sobre as atas apresentadas e tidas como lidas que se inscreva.

78 A Srª. **Rosana Vicente Gnipper**:- Como me manifestei no desejo de que se

79 fizesse a leitura não me sinto em condições de fazer a discussão e a aprovação de uma
80 Ata que não foi lida.

81 **O Sr. Rasca Rodrigues:-** Mais algum Conselheiro? Tom Grando.

82 O Sr. Tom Grando:- Faço o mesmo tipo de ponderação que a Conselheira da S.O.S
83 Bicho, não tendo sido lidas as atas 66ª e 67ª reuniões Ordinárias e por desconhecer o teor
84 não me sinto à vontade para votar e sequer aprovar essas Atas. Obrigado.

85 A Srª. **Zuleica Nycz:-** A minha pergunta sobre a construção da pauta tem a ver
86 com essa discussão, porque não sabemos por que está escrito na pauta que a leitura tinha
87 que ser feita, não sabemos quem fez a pauta, como ela foi feita.

88 **O Sr. Rasca Rodrigues:-** Zuleica, estamos discutindo a Ata. Antes de passar para
89 o próximo item da pauta vou colocar isso em discussão.

90 A Srª. **Zuleica Nycz:-** Estou levando esta questão de ordem, porque a pauta diz
91 que a leitura tem que ser feita e foi feita por alguém. Essa pessoa que fez ou o grupo de
92 pessoas que fez, se foi um grupo significativo de todos os segmentos da sociedade
93 paranaense que participou da elaboração dessa pauta, esse grupo deveria relatar porque
94 decidiu que a leitura deveria ser feita. Talvez porque pensou em justamente cumprir o
95 regimento interno. A outra pergunta que a Laura do Cedeia fez foi se todos tinham lido de
96 fato a Ata, mas ninguém respondeu. Então fico pensando na responsabilidade deste
97 Conselho em começar uma reunião assim, descumprindo o regimento interno por
98 votação, deliberação, sem se saber porque a pauta também insistiu no cumprimento do
99 regimento e se de fato os Conselheiros leram a pauta. Obrigada.

100 **O Sr. Rasca Rodrigues:-** Conselheira Zuleica, o Conselho tem a prerrogativa de
101 inverter pauta, incluir pauta a qualquer momento e até, se achar por bem, nem discutir a
102 pauta apresentada. Portanto, temos condições de deliberar inclusive atendendo o
103 regimento. Os Conselheiros podem achar e decidir pela não necessidade da leitura da ata.
104 Isso está abrigado pelo regimento. Respondendo a outra pergunta, temos várias demandas
105 de atualização de resoluções. Então o Secretário Executivo Engenheiro Castella, que
106 montou esta pauta com minha aprovação, vem no sentido de atualizarmos diversas
107 resoluções hoje vigentes e atualizarmos algumas Câmaras Técnicas e até também decidir
108 aqui de instituir algumas Câmara Técnicas necessárias para darmos andamento ao
109 Conselho. Esse foi o objetivo desta pauta, até em virtude do tempo distante dessa reunião
110 em relação à reunião ordinária anterior. Foi neste sentido que a pauta foi construída.
111 Agora, está em discussão, como terceiro item de pauta, podendo ser subtraída, podendo
112 ser alterada, modificada, podendo ser incrementado qualquer item que qualquer
113 Conselheiro deseje e que convença a maioria.

114 A questão também, para atender o regimento interno, senão me falha a memória, o
115 engenheiro Castella está me colocando, existem quatro representações da ONG no
116 Conselho. Estamos aqui com seis. Gostaria, desde já, que as quatro representações sejam
117 identificadas e que as outras duas fiquem como suplentes na reunião. Caso necessite da

118 sua voz será dada. Conselheiro da Liga Ambiental.

119 O Sr. **Tom Grando**:- A Liga Ambiental é entidade titular e desde já abre mão do
120 assento nesta Mesa para a primeira suplente. Vamos nos ausentar diante da deliberação
121 deste Plenário em descumprir o regimento interno, de ignorar a pauta estabelecida. Então
122 a Liga Ambiental está saindo da reunião e cedendo o seu lugar para a primeira suplente.
123 Obrigado.

124 A Sr^a. **Renata Garrett Padilha**:- O IEPR agora fica como titular.

125 A Sr^a. **Rosana Vicente Gnipper**:- S.O.S Bicho está ocupando a titularidade da
126 Caramuru que está ausente.

127 O Sr. **Hassan Sohn**:- Assento titular.

128 A Sr^a. **Laura Jesus de Moura e Costa**:- CEDEA titular também.

129 O Sr. **Rasca Rodrigues**:- Então agora estamos com o Conselho composto: com as
130 Ong's – **APROMAC**, Caramuru, SOS Bicho e CEDEA. Estamos compostos com as
131 Ong's titulares e com os suplentes.

132 O Sr. **Rasca Rodrigues**:- Continuando, interpele aos conselheiros que têm alguma
133 alteração das atas 66 e 67 que se manifestem. Com a palavra a Conselheira Laura do
134 CEDEA.

135 A Sr^a. **Laura Jesus de Moura e Costa**:- Em relação à ata 66 que li com mais
136 atenção, continuam alguns errinhos de português e acho que dá para corrigir – não sei se
137 é o caso de detalhar. Gostaria que corrigisse o nome do CEDEA - que é Centro de
138 Estudos (vírgula), Defesa e Educação Ambiental. Isso aparece na linha seis e na linha
139 vinte e nove também. O nome do Paulo tem um acentinho, um circunflexo no 'e'. Depois
140 tem algumas questões mais de redação. Às vezes aparece vírgula no lugar de ponto, então
141 teria que observar bem essa questão da redação. Na linha noventa e um também tem um
142 'de' a mais, meu nome é Laura Jesus de Moura e Costa, retirar aquele 'de'. E algumas
143 crases que faltam também. Na cento e vinte e seis, ali, está 'desde' e é deste, "deste
144 momento". Na linha cento e vinte e sete tem um 'e' a mais: "em relação ao pínus..." Essa
145 questão do português posso dar com mais detalhes que acho que não é tão importante.
146 Mas têm várias questões de assento, de vírgula e tal.

147 O que queria focar mais é na linha duzentos e dezoito que está "em torno de dez
148 milhões", o 'em' é separado, se põe junto fica 'entorno' que dá outro sentido. Na linha
149 duzentos e trinta e um, não sei se falei errado ou se foi registrado errado, mas a reunião
150 não foi em Brasília, foi em Vila Velha no Espírito Santo e junto com o Encontro
151 Nacional dos Comitês de Bacias Hidrográficas e está 'e'.

152 Vale a pena também comentar que na linha duzentos e quarenta e quatro, que
153 muda o local da vírgula, senão mudará também a compreensão da frase, diz assim: "...
154 ainda destaca que não há tempo que não temos, como...", a vírgula está em temos, mas a
155 vírgula é no como: "... não temos como, de forma intempestiva,..." , o que fica entre
156 vírgula é "de forma intempestiva". Porque senão muda o sentido da frase se colocar a

157 vírgula antes do como. Até me proponho a contribuir nessa parte de redação. De modo
158 geral a ata registra o que foi discutido, não inventa. Agora é preciso se deter mais na
159 revisão do texto. Em relação à ata 67, só olhei as partes que citam meu nome; depósito...
160 depósito e depósito, então, faltou o acento. Mais nesse sentido. Essa segunda ata gostaria
161 que fosse lida, porque não me sinto em condições, dei uma olhada geral e não sei dizer
162 bem o conteúdo.

163 A Sr.^a **Renata Garrett Padilha**:- É só sobre a ata. Exatamente isso que queria
164 salientar, meu nome está errado. O ‘Garret’ é com dois ‘tês’ e está apenas com um. Era
165 isso, obrigada.

166 O Sr. **Jairo Corrêa de Almeida** (FETAEP):- Só com relação ao meu sobrenome,
167 não tem ‘i’, é com ‘e’ e com acento no ‘e’. Numa ata está certo e na outra não. E gostaria
168 de registrar a presença do senhor Aristeu Elias Ribeiro, porque ele vai ser o membro
169 titular em meu lugar. Já encaminhados ao Conselho à troca. E já registrar que a partir de
170 hoje, ele será o membro titular neste Conselho representando a Fetaep.

171 O Sr. **Rasca Rodrigues**:- Obrigado seu Jairo e seja bem-vindo seu Aristeu.
172 Conselheiro Tourinho.

173 O Sr. **Luiz Anselmo Merlin Tourinho**:- (Representante da FAEP):- Queria só
174 fazer uma observação na minuta da ata da 67ª Reunião, na linha duzentos e cinquenta e
175 seis, está escrito assim: “comenta que a discussão normativa 108 do Ibama”. Não é
176 ‘discussão’, é ‘instrução normativa’. Era isso.

177 O Sr. **José Antônio de Andrade Duarte** (Representando os Municípios):- O meu
178 nome também foi colocado errado, o correto é José Antônio de Andrade Duarte.

179 O Sr. **Rasca Rodrigues**:- Obrigado, José Antônio. Mais alguém?

180 O Sr. **Vilson Schon**:- Da Fetraf-Sul, na ata 66ª meu nome também está errado, está
181 Schen e é Schon na linha 18.

182 O Sr. **Rasca Rodrigues**:- Mais alguém? O.k. Então vencemos o segundo item de
183 pauta. Antes de passar para o terceiro item de pauta, quero dizer aos Conselheiros que
184 nós, desde o início do ano, estamos trabalhando no sentido de dar ao Conselho Estadual
185 de Meio Ambiente uma dinâmica muito maior, muito melhor, muito mais participativa do
186 que vinha ocorrendo. Tenho essa percepção, porque também presido o Conselho Estadual
187 de Recursos Hídricos onde tem uma dinâmica muito mais permanente, muito mais
188 eficiente e onde permite uma maior interação entre Conselheiros e onde tem contribuído
189 de forma muito especial, muito significativo e é este sentido que queremos trazer para o
190 Conselho Estadual de Meio Ambiente. Desde quando assumi a Secretaria no ano
191 passado, teve o processo eleitoral, foi uma coisa que sempre me incomodou o fato do
192 Conselho Estadual de Meio Ambiente não estar produzindo como deveria produzir,
193 principalmente em fazer parte do Conama onde tem uma dinâmica muito interessante não
194 só no marco regulatório e no marco legal das nossas resoluções que são feitas e a maneira
195 como são feitas para o Brasil todo, mas também porque essa discussão permite que haja o

196 debate de temas. E o Conama tem feito isso de forma brilhante durante esse período em
197 que nós lá participamos, quatro anos e meio. E é mais ou menos nesta linha que
198 queremos seguir a partir desta primeira reunião, tentar construir algo que fosse parecido
199 com esta dinâmica para que possamos ter a presença significativa dos cinco setores que
200 hoje têm assento dentro do Conama e que têm assento dentro do Conselho Estadual de
201 Meio Ambiente.

202 Então esse é o nosso desejo. Ainda não iniciamos isso, porque na revisão que
203 estamos fazendo do regimento existem algumas questões que estamos tentando
204 consensuar e ainda não conseguimos com alguns setores, principalmente em relação ao
205 setor não-governamental, mas queremos dentro deste mês equacionar aquilo que seja
206 possível, dentro dessa nova proposta de alteração, para que possamos submeter aos
207 Conselheiros o andamento dessa Câmara temática, as discussões e aquilo que vamos
208 restabelecer a partir desse momento.

209 Então muito desarmado, até porque a pauta do Governo é feita pelo Governo, a
210 pauta do Governo não é feita de fora para dentro, estamos muito tranquilos em relação às
211 cobranças que estão sendo feitas, até porque também é de nossa parte uma angústia muito
212 grande no sentido de darmos uma dimensão maior e necessária ao nosso Conselho. Neste
213 sentido que estamos fazendo a discussão desse terceiro item de pauta, queremos atualizar
214 algumas questões que estão desatualizadas e propor algo para que a gente, já no mês de
215 agosto, até o final do mês de agosto, esboçar pelo menos uma forma de tratarmos as
216 questões do Conselho com mais dinâmica, mais próxima do que vem ocorrendo.

217 Passo a palavra para o Conselheiro da APROMAC.

218 O Sr. **Hassan Sohn**:- Sr. Secretário, aproveitando este tema que também tem me
219 preocupado muito neste primeiro semestre, embora eu não seja oficialmente membro
220 daquela Comissão Extraordinária criada pela Resolução 56, estive presente a todas as
221 reuniões e posso dizer que os que estiveram presentes trabalharam com afinco em duas
222 vertentes neste grupo. Recordo-me bem que eu apresentei uma proposta de regimento
223 bem estudada com base no regimento do Conama, adaptando todas as peculiaridades do
224 Cema, e ao mesmo passo em que se estava discutindo a questão da composição e das
225 atribuições do Conselho. Naquele momento, no começo do ano, antes daquela nossa
226 previsão inicial de uma reunião logo no primeiro trimestre, ficou estabelecido que
227 deixaríamos esse regimento para agora no segundo semestre e no primeiro semestre
228 ficaria sendo discutida a composição e atribuições. Também trabalhei ativamente nesta
229 questão de composição, fizemos várias sugestões e apresentamos uma proposta ao
230 Secretário Executivo, ele deve ter encaminhado ao senhor, onde fazíamos a paridade
231 dentro do Conselho, indicando quais as cadeiras seriam, aguardando uma manifestação
232 do Governo. Gostaria então, de obter mais esclarecimentos querendo saber exatamente o
233 que o Governo discordou, já que foi feita de forma consensuada. Nós até tínhamos uma
234 fórmula de Conselho mais enxuta o que acabou sendo a proposta original, porque o

235 Governo do Estado achou que tinha poucas cadeiras e queria aumentar. Aumentamos o
236 número de cadeiras. Então gostaria realmente de saber qual foi a receptividade do Sr.
237 Governador a isso, já que é ele que vai ter que fazer através de decreto todas as alterações
238 e qual seria a nossa previsão de uma alteração, já que paramos o regimento interno que
239 solucionaria grande parte dos nossos problemas atuais na esperança que teríamos uma
240 decisão rápida do Governo quanto a isso. E pelo visto não foi, já que estamos seis meses
241 parados.

242 O Sr. **Rasca Rodrigues**:- Vamos chamar a Comissão que elaborou quando formos
243 nos reunir nesta semana ainda, vamos colocar os pontos que o Governo discorda,
244 basicamente em atribuições que o Conselho Estadual não tem como cumprir. Existem
245 várias e a intenção do Governo não é colocar no regimento interno, constar algo que não
246 possa ter efetividade, isso tem dentro da proposta. E não é o fato de ser semelhante ao
247 Conselho Nacional de Meio Ambiente, que deu essa regra do nosso regimento interno,
248 porque teríamos condições de definir uma dinâmica própria. Então vamos fazer esta
249 reunião e vamos colocar uma extraordinária só para este fim. Essa é a intenção do
250 Governo para fazer esta discussão de fechamento do regimento interno. A proposta de
251 vocês será submetida aos demais Conselheiros que poderão modificar e fazer a discussão.
252 Então queremos fazer uma extraordinária só para este assunto.

253 O Sr. **Hassan Sohn**:- Antes de qualquer coisa gostaria de esclarecer que as
254 semelhanças com o Conama são em relação ao funcionamento, até a estrutura é
255 totalmente diferente, algumas coisas pinçamos de lá mas não tudo. Qual a previsão para
256 esta extraordinária?

257 O Sr. **Rasca Rodrigues**:- Até o final de agosto, até porque existem prazos
258 regimentais para sua convocação, para discutir exatamente este assunto. Não tendo mais
259 discussões, passo a palavra ao engenheiro Castella.

260 O Sr. **Paulo Roberto Castella**:- Seguindo a pauta, temos aqui a atualização de
261 algumas resoluções e criando outras por força de resoluções. Foi questionada a questão
262 da justificativa legal. A justificativa legal está na própria resolução que cria e pede para
263 ser alterada a cada instante em que houver nova alteração dos representantes dessas
264 entidades. Então a primeira resolução a ser atualizada é a referente à Câmara Temática do
265 cadastramento junto ao Cadastro de Entidades Não Governamentais. Isso se faz
266 necessário e sempre é alterado cada vez em que houver essa alteração no Conselho. E
267 estamos um ano atrasados nessa atualização, com pedido de cadastramento de pelo
268 menos quatro ONG's para dentro do Conselho. Então, faz-se urgente a atualização dessa
269 Câmara Temática do cadastro. São cinco representantes como diz o Regimento Interno,
270 dois membros natos, dois designados e o quinto um relator a ser indicado. Geralmente o
271 IAP que tem indicado um relator para essa Câmara Temática.

272 A Sr.^a. **Zuleica Nycz** (Suplente):- Obrigada. Presidente, queria lembrar que o setor
273 de ONG's deveria ser no mínimo contemplado com uma Câmara Temática apenas com

274 membros de ONG's. Isso em qualquer lugar do mundo, não só no Paraná. Já é em
275 qualquer lugar do mundo, menos no Paraná. O CNEA – Cadastro Nacional das Entidades
276 Ambientais é gerido por uma comissão de ONG's que são as ONG's eleitas no
277 Conama que, aliás, é a única bancada eleita, que chega eleita nos Conselhos. Não fomos
278 indicados, fomos eleitos e quem dá o suporte administrativo para a Comissão é a
279 Diretoria Executiva do Conama. Então, o Estado tem a guarda e deve fazê-lo. A guarda
280 dos documentos, dos processos, mas quem decide quem entra e quem sai do cadastro são
281 as ONG's. Assim como o governo, não entramos na seara de quem deve estar, aqui,
282 indicado para a Secretaria de Saúde. Em nenhum momento pedimos que fossemos
283 consultados se queríamos ou não aquele representante. Isso é problema de vocês. A gente
284 respeita o governo, respeita a iniciativa privada, e não tem nenhuma reclamação a
285 respeito das ONG's em relação às suas indicações. No entanto, as ONG's têm que
286 suportar que a Câmara Temática delas que trata de assunto específico, de interesse delas,
287 seja coordenada por membro do governo. Dando palpite e, inclusive, eles participaram da
288 Comissão de Análise dos pedidos de cadastramento.

289 Isso é uma das aberrações que temos de tratar urgentemente nessa Câmara de
290 Reestruturação do CEMA.

291 O Sr. **Rasca Rodrigues**:- Consulto o conselheiro da APROMAC se essa
292 reivindicação está contemplada na proposta que foi enviada?

293 O Sr. **Hassan Sohn**:- Na proposta de regimento que foi apresentada está
294 contemplada esta pauta de reivindicações, onde a Câmara Temática relativa ao
295 cadastramento, vai ser somente composta pelas ONG's. As próprias ONG's vão fazer essa
296 triagem e vão fazer esse cadastramento. E já deixo como proposta da APROMAC, de
297 momento, já que estamos mexendo na resolução nº 38, que a proposta é que se faça
298 alteração para que os conselheiros no momento dessa Câmara Temática sejam as ONG's
299 titulares e uma quinta ONG.

300 O Sr. **Rasca Rodrigues**:- Conselheiro, fiz essa pergunta porque nos itens que me
301 foram trazidos em relação àquilo que se alterava, isso não constava. E acho isso
302 extremamente pertinente. Acho que a estrutura do Regimento engessou qualquer
303 composição temática. Acho que o Conselho Estadual tem condições de montar qualquer
304 Câmara Temática, de qualquer jeito; com qualquer membro. Porque não são as
305 instituições que deverão estar asseguradas dentro do processo de instituições, até do
306 próprio Conselho. Mas que o Conselho defina quem melhor tem conhecimento sobre a
307 causa, sobre o assunto a ser discutido para compor a Câmara Técnica. Essa liberdade tem
308 que existir, por isso estou fazendo essa pergunta, porque nos itens que me foram passados
309 de alterações não constava.

310 O Sr. **Hassan Sohn**:- Então deixa fazer um esclarecimento. Essa Câmara Temática
311 dentro da proposta de Regimento da APROMAC não é tratada como uma Câmara
312 Temática, e sim como uma Comissão Especial. E por que essa diferenciação? Porque

313 Câmara Temática deve manter a paridade do Conselho. A Comissão Especial poderá ser
314 formada apenas com as ONG's. Na proposta, inclusive, com todas as ONG's - titulares e
315 suplentes. A minha proposta de encaminhamento, no momento, para aproveitarmos a
316 pauta e a resolução nº 38 – senão me falhe a memória, é que nós façamos uma alteração
317 nessa resolução para que agora essa Câmara Temática seja composta pelas ONG's. Ou
318 convertida numa Comissão Especial, que o seja, para ser apenas composta pelas ONG's.

319 O Sr. **Rasca Rodrigues**:- Ok. Conselheira Dra. Ana Cláudia.

320 A Sr^a. **Ana Cláudia Bento Graf**:- Boa-tarde a todos. A respeito da proposta e do
321 tema em discussão, só saliento que não é um óbice meramente regimental. O próprio
322 decreto que regulamenta o funcionamento do Conselho, ele estabelece no § 3º do art. 6º,
323 a necessidade de contemplação de cada uma das categorias que constituem o Plenário,
324 proporcionalmente, na constituição das Câmaras Temáticas. Então uma alternativa,
325 ratificando até a proposta, entendo que é válida essa proposta apresentada de que as
326 próprias ONG's organizem e componham esse grupo, que não seja realmente criada uma
327 Câmara Temática única e exclusivamente por ONG's. Porque vai haver um óbice de
328 Decreto, não meramente do Regimento Interno, mas que se crie uma comissão.

329 O Sr. **Rasca Rodrigues**:- Dentro do Regimento pode ser uma Comissão Especial e
330 não ser Temática. Está entendido. Então consulto as ONG's se nós cumprimos o
331 Regimento da forma que está e montamos essa Câmara Temática agora, ou aguardamos a
332 próxima reunião extraordinária?

333 A Sr^a. **Zuleica Nicys**:- A Câmara Temática vai ser formada por membros do
334 governo, da indústria para discutir ou para criar uma Comissão Especial. Não é a Câmara
335 Temática que cria uma Comissão Especial, é uma decisão, uma recomendação do próprio
336 Conselho, é da Plenária. Pergunto como é que isso vai ser encaminhado?

337 O Sr. **Rasca Rodrigues**:- A composição das Câmaras Temáticas integradas por
338 cinco membros e deverão ser consideradas as diferentes categorias que constituem o
339 Plenário, por proporcionalidade, que seria: um coordenador com a função de relator
340 indicado pelo Presidente, dois integrantes escolhidos entre os membros natos do
341 Conselho, dois integrantes escolhidos entre os membros e designados do Conselho. Não
342 diz quem!

343 A Sr^a. **Zuleica Nicys**:- Sabendo que a Câmara vai ter essa composição, que não é
344 apenas segmentos das ONG's para tratar de um assunto que interessa exclusivamente às
345 ONG's. como isso vai ser encaminhado para chegarmos à criação da Comissão, do ponto
346 de vista inclusive jurídico. É a Câmara Temática que vai fazer uma recomendação à
347 Plenária para que se crie uma Comissão de ONG's ou como será a solução que vamos
348 dar. Porque para podermos decidir se é interessante começarmos a Câmara Temática
349 nesses termos ou se seria melhor esperar na reestruturação do Conselho, quando ele
350 passasse a ser mais democrático e que a gente tenha mais mecanismos de garantia de que
351 as ONG's vão de fato, criar essa Comissão.

352 O Sr. **Rasca Rodrigues**:- Vamos fazer uma reunião extraordinária para discutir a
353 reformulação do regimento interno. No regimento interno poderemos abrigar inclusive
354 esta situação, como Comissão Especial. E a partir daí, estabelecê-la como Comissão
355 Especial sem que fira o Decreto. Porque tudo que tudo ferir o Decreto, uma Câmara
356 Técnica, por exemplo, para esta situação se fizermos vamos ter que seguir este rito aqui.
357 Alterando o regimento, colocando esta figura que já está proposto dentro do regimento,
358 poderemos fazer a eleição dessa composição a partir dessa Comissão Especial, que é uma
359 nova figura. Aí é uma decisão que as ONG's têm que tomar, daí sim podemos propor a
360 retirada de pauta.

361 O Sr. **Hassan Sohn**:- Temos aqui um exemplo de uma Comissão Especial criada.
362 Aprovamos esta Comissão Especial na última reunião ordinária. Minha proposta seria
363 fazermos uma deliberação agora, extinguirmos esta Câmara Técnica e criamos uma
364 Comissão Especial agora neste momento. Já que temos uma Comissão Especial entendo
365 que podemos criar uma outra ou não.

366 O Sr. **Rasca Rodrigues**:- O Artigo 22 diz: “Casos omissos deste regimento interno
367 serão decididos pelo Conselho, fazendo-se constar em Ata o inteiro teor da resolução
368 tomada”. Então temos condições de deliberar isso. Conselheira Laura.

369 A Sr.^a **Laura Jesus de Moura e Costa**:- Sr. Secretário, acho que não está bem
370 claro o que foi colocado. Quero ver se está claro para mim, entendi que não se trataria
371 esta questão colocando a Câmara Técnica porque o Decreto do Governador não permite
372 uma Câmara Técnica só de ONG's e se criaria uma Comissão Especial composta só de
373 ONG's para discutir esta questão. Então essa questão seria com autonomia tratadas só
374 pelas ONG's, é isso?

375 O Sr. **Rasca Rodrigues**:- Quase. Primeiramente temos que definir a quantidade de
376 membros, porque se forem cinco, tem quatro representações.

377 A Sr.^a **Laura Jesus de Moura e Costa**:- Tem suplentes. A proposta inicial era que
378 participassem dessa Comissão Especial os quatro titulares e os quatro suplentes, aí
379 seriam os oito.

380 O Sr. **Rasca Rodrigues**:- Não há óbice, desde que seja caracterizada uma
381 Comissão Especial.

382 A Sr.^a **Zuleica Nycz**:- Quais seriam os poderes dessas Comissões?

383 O Sr. **Rasca Rodrigues**:- Por isso que eu acho que o ideal seria fazer a alteração
384 do regimento na próxima reunião extraordinária até o final de agosto, decidido isso já
385 fazer as indicações. E a gente acertaria os membros, a quantidade de membros, membros
386 titulares, membros suplentes até lá, acho muito mais adequado e mais produtivo.
387 Conselheira Rosana.

388 A Sr.^a **Rosana Vicente Gnipper**:- Podemos fazer a definição desta data da
389 reunião extraordinária?

390 O Sr. **Rasca Rodrigues**:- Última semana de agosto. Conselheira Ana Cláudia.

391 A Sr.^a **Ana Cláudia Bento Graf**:- Creio que seria interessante que as ONG's
392 apresentassem para a próxima reunião uma Minuta a respeito dessa Comissão Especial,
393 uma proposta de regulamentação, porque vai ter que ter atribuições, forma de
394 funcionamento. Seria interessante que isso fosse aprovado pelo Plenário.

395 O Sr. **Rasca Rodrigues**:- Se fosse hoje, Dra. Ana Cláudia, na proposta em que
396 estamos fazendo, as atribuições seriam analisar e deliberar “ad referendum” do Plenário
397 do Cema sobre o pedido de inscrição do cadastro das entidades não-governamentais, o
398 CEENG; propor adequações da regulamentação em vigor sobre este assunto,
399 especialmente a Resolução 004/98 - CEMA; estabelecer os procedimentos internos para
400 cumprir os objetivos para os quais está sendo criada e após deliberação em Plenário”.
401 Então cria a Câmara Técnica, tem as composições e tem os prazos estabelecidos.

402 A Sr.^a **Ana Cláudia Bento Graf**:- Retiro a proposta.

403 O Sr. **Rasca Rodrigues**:- Acho que se tiver alguma coisa a acrescentar nas
404 atribuições, não precisamos esperar a próxima reunião, é só fazer imediatamente após
405 esta reunião. As atribuições não estão fechadas. Estou dando um exemplo se agora
406 fôssemos tratar desse assunto. Então podemos deliberar no sentido de retirar o assunto de
407 pauta, não entre e imediatamente as ONG's apresentarão para nós uma proposta de
408 criação da Comissão Especial e suas atribuições e já remetemos a todos os Conselheiros
409 para que a gente na reunião extraordinária possa aprovar.

410 O Sr. **Hassan Sohn**:- Na reunião extraordinária vamos chegar a tratar do
411 regimento ou não?

412 O Sr. **Rasca Rodrigues**:- Sim.

413 O Sr. **Hassan Sohn**:- A proposta original é que isso já estivesse incluso no
414 regimento.

415 O Sr. **Rasca Rodrigues**:- Conselheiro Hassan, É que temos que aprovar a
416 alteração do regimento.

417 O Sr. **Hassan Sohn**:- Justo. Vamos fazer isso em paralelo, depois podemos
418 incorporar no regimento interno?

419 O Sr. **Rasca Rodrigues**:- Virá dentro da proposta de alteração do regimento.
420 Conselheira Zuleica.

421 A Sr.^a **Zuleica Nycz**:- Entendi que antes da alteração do regimento precede a
422 alteração do decreto que cria a estrutura do Cema. Isso é mais importante. Temos que ter
423 a competência do Cema, uma atualização desse Decreto para depois tratarmos do
424 regimento ou vamos primeiro tratar do regimento, a partir do Decreto existente, e depois
425 alterar o Decreto e depois alterar novamente o regimento?

426 O Sr. **Rasca Rodrigues**:- Conselheira, aquilo que for possível alterar no regimento
427 sem ferir o Decreto vamos fazer, aquilo que ferir o Decreto não vamos introduzir no
428 regimento. Como essa é uma situação que é possível se fazer sem ferir o Decreto,
429 teremos condições de discutir e votar na próxima reunião. Em relação àquelas

430 proposituras que dependem da alteração do Decreto vamos nos reunir até sexta-feira, ver
431 aquilo que é consensual, separar o que não é consensual e vamos estabelecer com o
432 Governo uma agenda de análise delas, para que nessa reunião também a gente discuta as
433 alterações do Decreto. É esta a proposta que está sendo feita para esta extraordinária.
434 Debruçarmos de forma inteligente que o regimento possa abrir várias coisas necessitando
435 já, vamos fazer, sem problema algum. Os Conselheiros que concordam com a retirada
436 desse item da pauta permaneçam como estão, os contrários se manifestem. APROVADA
437 a retirada de pauta. Próximo item, engenheiro Castella.

438 O Sr. **Paulo Roberto Castella**:- Seria a Câmara Técnica de Educação Ambiental.
439 Esta Câmara Técnica foi instituída inicialmente pela Resolução 19 de 2002 e tem como a
440 principal função fazer gestão integrada de programa estadual de educação ambiental. É
441 de se compatibilizar o CIEA – Comissão Interinstitucional para Educação Ambiental,
442 para acompanhamento, compatibilização dessas políticas. Há necessidade de atualização
443 dos membros representantes desse Conselho dentro dessa Câmara Temática.

444 A Sra. **Laura Jesus de Moura e Costa**:- Quería um esclarecimento de como
445 funcionaria, porque a proposta do CIEA é que fosse uma Comissão Interinstitucional e
446 que já passou por um processo de construção e que fosse a proponente de uma política de
447 educação ambiental para o Estado e, também, da própria questão do apoio aos projetos a
448 serem desenvolvidos. Como seria essa relação? Porque pelo que eu entendo da proposta
449 do Decreto do CIEA, ficaria superior ao Conselho. Porque seria justamente com uma
450 função de Conselho, praticamente. Como seria o funcionamento da Câmara Técnica
451 dentro do Conselho?

452 O Sr. **Rasca Rodrigues**:- Bom, a própria CIEA que ainda não está instituída e que
453 fizemos uma reunião há questão de quinze dias com seus representantes, estiveram aqui e
454 estabelecemos uma celeridade em relação a isso. Ela está, institucionalmente separada do
455 Conselho. Institucionalmente ela é separada, tem autonomia, tem toda uma composição
456 que em algumas situações são coincidentes – não só os órgãos, mas até as pessoas. Mas
457 ela é constituída de forma independente. Ao Conselho, no meu entender, vejo como
458 necessário se ter – dentro do Conselho, uma Câmara Temática como essa e que poderá,
459 no CIEA ser representada, integrar o CIEA, porque senão a gente não fortalece o próprio
460 CIEA que é a intenção do Ministério do Meio Ambiente de fazer esse fortalecimento.

461 A Sra. **Laura Jesus de Moura e Costa**:- Eu acho que deveria ter a representação
462 do CIEA, aí sim, mas o CIEA estaria nessa gestão mais específica da questão de
463 educação ambiental.

464 O Sr. **Rasca Rodrigues**:- Não havendo mais nenhuma manifestação fica instituída
465 a Câmara Temática e nós queremos saber dos conselheiros – num primeiro momento, até
466 porque já tem uma Câmara Técnica constituída no passado, queremos saber dos
467 conselheiros se mantêm as indicações anteriores e se não mantêm quais são aqueles que
468 gostariam de participar:

469 Patrícia Lupion Torres da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos
470 Hídricos como relatora; Zélia Maria Lopes (Marock?) da Secretaria de Estado de Ciência
471 e Tecnologia e Ensino Superior; Ernani Augusto (?) – da Secretaria da Educação; Luiz
472 Carlos Martins de Lima da Força Ação e Defesa Ambiental – FADA e Carlos Melo
473 Garcia da PUC, no momento representante dos membros designados pelo Conselho. No
474 meu entender tem que atualizar tudo!

475 A Sra. **Laura Jesus de Moura e Costa**:- Inclusive a FADA não está no cadastro
476 do CNEA e já não é mais conselheira. E aí tem uma outra situação parecida com essa,
477 mas acho que as ONG's têm que renovar.

478 O Sr. **Rasca Rodrigues**:- A indicação, seguindo o Regimento Interno: pela
479 Secretaria do Meio Ambiente – é da senhora Rosa Riskala; a Secretaria de Estado da
480 Ciência e Tecnologia mantém o interesse? Está presente? Não. Não está presente. A
481 Secretaria de Estado da Educação? (Sim). E quem seria a indicação? (Não ainda!) As
482 ONG's têm interesse? (Sim e se colocam à disposição e sugerem um titular e um
483 suplente.) As faculdades? (Sim, representante Sr. Jorge Augusto Callado Afonso. A
484 Secretaria de Educação fará seu representante; a Secretaria de Estado da Ciência e
485 Tecnologia não está presente. Continuo mantendo, já que não houve nenhuma
486 manifestação de interesse, a continuidade da Secretaria de Ciência e Tecnologia e a sua
487 representação. Os conselheiros que aprovam essa composição como foi definida dos
488 cinco membros, permaneçam como estão. APROVADA.

489 A Sra. **Laura Jesus de Moura e Costa**:- Secretário. Acho que seria importante a
490 possibilidade de indicar um suplente. Então na vaga da ONG que pudesse ter a indicação
491 de um titular e um suplente.

492 O Sr. **Rasca Rodrigues**:- Ok. Mas o Regimento não prevê, mas poderá indicar um
493 técnico, isso que o Regimento Interno permite. Acho que não há nenhum impedimento de
494 se indicar não uma figura de um suplente, mas se indicar um membro representante sem
495 que haja essa figura do suplente. Pode ser considerado isso na própria alteração do
496 Regimento, também. Próximo item.

497 O Sr. **Paulo Roberto Castella**:- Próximo item seria Câmara Temática para a
498 conservação da floresta com Araucária. Isso considerando a última resolução de 28 de
499 dezembro de 2002, em que aprova o relatório da Câmara Temática criada pela resolução
500 23 do CEMA para instituição de incentivos fiscais para a conservação das áreas de
501 florestas com Araucária, ela prevê em seu art. 1º a transformação da referida Câmara
502 Temática em Permanente. Sem alteração de seus objetivos e atribuições anteriores.
503 Considerando o art. 1º da resolução 28 que transforma a Câmara Temática criada pela 23,
504 em Permanente, está assim propondo: a criação e designação de seus membros com o
505 objetivo já estabelecido pela resolução 23, e acrescentando em acompanhar as políticas
506 públicas de implementação de ações para conservação do bioma – florestas com
507 Araucária.

508 O Sr. **Rasca Rodrigues**:- Em discussão.

509 O Sr. **Roberto Gava**:- Sr. Presidente, não sei se chegaremos a discutir a
510 composição dessa Câmara Temática, mas se isso acontecer a FIEP já está inscrita como
511 participante.

512 O Sr. **Rasca Rodrigues**:- Novamente o Regimento Interno nos impõe cinco
513 membros. Novamente fazendo consulta aos membros do Conselho: quais as
514 representações que gostariam de ter assento no Conselho?

515 O Sr. **Jairo Correa de Almeida**:- A FETAEP gostaria de participar.

516 O Sr. **Rasca Rodrigues**:- ONG's; FETAEP, IAP; FIEP. Mais algum? São cinco!
517 Do setor privado só tem o FIEP. IAP, FETAEP, ONG... Conselheira Laura.

518 A Sra. **Laura Jesus de Moura e Costa**:- Queria fazer uma observação, claro que
519 se as ONG's pudessem ter duas vagas seria ótimo, mas quem tem feito essas políticas de
520 florestas articuladas é a Secretaria da Agricultura.

521 O Sr. **Rasca Rodrigues**:- Aceitamos a indicação da Secretaria da Agricultura.

522 A Sra. **Laura Jesus de Moura e Costa**:- Mas gostaria de consultar se é possível
523 as ONG's terem duas vagas.

524 O Sr. **Rasca Rodrigues**:- Se o Plenário deliberar acho que é possível, porque são
525 dois integrantes escolhidos entre os membros natos e dois integrantes escolhidos
526 designados do Conselho.

527 O Sr. **Luiz Anselmo Merlin Tourinho**:- Já temos três membros designados
528 propondo participar desta Câmara Temática que são a FIEP, FETAEP e uma ONG.

529 A Sra. **Zuleica Nycz**:- AS ONG's são um setor do Conselho, mas a ONG não foi
530 designada ainda.

531 O Sr. **Luiz Anselmo Merlin Tourinho**:- Se você pegar o Decreto você vai ver
532 quem são membros natos e quem são membros designados. Membros natos são membros
533 do Governo, membros designados somos nós que não somos do Governo.

534 A Sra. **Zuleica Nycz**:- Você tem razão.

535 O Sr. **Luiz Anselmo Merlin Tourinho**:- Então já tem três membros designados
536 propondo participar da Câmara Temática que são ONG (Liga Ambiental), FIEP e a
537 FETAEP, disputando duas vagas.

538 O Sr. **Darcy Deitos**:- Gostaria de fazer uma sugestão, que o Sr. Presidente
539 designasse o IAP como membro relator e a Secretaria da Agricultura, que comporiam os
540 cinco membros. Fecharia adequadamente com FIEP, FETAEP, ONG, IAP e a Secretaria
541 da Agricultura. É uma sugestão apenas.

542 O Sr. **Rasca Rodrigues**:- Temos um problema regimental novamente. Temos três
543 designados e o regimento permite dois. Designados temos ONG, FETAEP, FIEP, e natos
544 temos o IAP e a proposta da Secretaria da Agricultura e uma outra proposta, colocada
545 pelo Presidente Vitor Hugo, do ITCG, que está trabalhando no zoneamento econômico
546 ecológico para fazer parte como membro indicado e coordenador até. E como resolvemos

547 os outros três designados? Conselheiro Tourinho.

548 O Sr. **Luiz Anselmo Merlin Tourinho**:- Ia justamente propor isso ao Conselho.
549 Aqui no regimento interno diz que o coordenador pode ser indicado pelo Sr. Presidente.
550 Então, desses três membros designados, um deles poderia ser escolhido coordenador pelo
551 Presidente do Conselho. Aí não teria nenhuma disputa aqui, ficando os cinco membros
552 que se propuseram a participar, IAP, a Secretaria da Agricultura e os três membros
553 designados ficariam completos.

554 O Sr. **Rasca Rodrigues**:- Conselheira Laura.

555 A Sra. **Laura Jesus de Moura e Costa**:- A consideração que o Tourinho faz é a
556 mesma que o representante da SUDERHSA fez.

557 O Sr. **Rasca Rodrigues**:- Então, como cabe ao Presidente esta decisão para fazer
558 esta composição, consulto as ONG's se assume a coordenaria, a relatoria.

559 A Sra. **Zuleica Nycz**:- Sim. Nós entendemos, em nome da Liga Ambiental, que
560 isso vai dar o equilíbrio à Câmara no sentido de trazer o discurso dos ambientalistas para
561 dentro dessa discussão com mais equilíbrio. Perfeito.

562 O Sr. **Rasca Rodrigues**:- Aceito para a composição dessas cinco que são a ONG,
563 FETAEP, IAP, FIEP e a SEAB. Os Conselheiros que concordam com essa composição,
564 permaneçam como estão. APROVADO.

565 O Sr. **Roberto Gava**:- Sr. Presidente, até para comemorar este fato, quero
566 comunicar que está aqui na parede a fotografia da maior araucária do Paraná para todos
567 apreciarem. Chegou semana passada e todos sabem que esta araucária já foi
568 homenageada pelo proprietário. A coincidência é muito feliz. Obrigado.

569 O Sr. **Rasca Rodrigues**:- Está em qual propriedade?

570 O Sr. **Roberto Gava**:- Está em Castro, na propriedade do Sr. Moacir Antônio
571 Carraro, com um metro e noventa e sete de diâmetro.

572 O Sr. **Rasca Rodrigues**:- Sr. Castella, próximo item de pauta.

573 O Sr. **Paulo Roberto Castella**:- É referente ao atendimento da Resolução 50 do
574 Cema de 2005, em que trata da proibição para o armazenamento, tratamento e/ou uma
575 disposição dos resíduos sólidos radioativos e explosivos oriundos de outros Estados”.

576 A Sra. **Zuleica Nicys**:- Antes de começar a discussão, gostaria de perguntar a data
577 de publicação em Diário Oficial dessa Resolução. Estou com uma dúvida sobre os anexos
578 dela e até hoje não recebi a transcrição da reunião que debateu essa resolução para poder
579 verificar a compatibilidade do que foi discutido naquela reunião e o que foi, de fato,
580 publicado. Gostaria de saber o número e a data do Diário Oficial e solicitar uma cópia da
581 transcrição e da ata.

582 O Sr. **Paulo Roberto Castella**:- A APROMAC também solicitou essa gravação e
583 repassamos o DVD, com o áudio e o vídeo dessa reunião que aconteceu em 2005.
584 Providencio para vocês esse vídeo com o áudio e as publicações também. Em data
585 oportuna vou repassar o e-mail fotocopiado do Diário Oficial em que essa resolução foi

586 publicada com seus anexos. E repasso para todos os conselheiros para que não haja
587 dúvida.

588 A Sra. **Zuleica Nicys**:- Quero justificar: porque ao mesmo tempo em que ela
589 proíbe o armazenamento, o tratamento, o condensamento em forma de cimento e ou a
590 disposição final de quaisquer tipos de resíduos de organoclorados, agrotóxicos e
591 domissanitários, ela no artigo... e queria chamar a atenção deste Conselho, no art. 5º do §
592 I, diz: “Os efeitos dessa resolução caracterizam-se por resíduos organoclorados aqueles
593 identificados no anexo ‘a’, da NBR... 2004... e aqueles que não atendem os limites
594 estabelecidos nos anexos I e II”, provavelmente desta resolução.

595 Aí quando a gente vai no anexo I para saber quais são os padrões mínimos, a gente
596 encontra pentaclorofenol permitido, 17 miligramas por quilo. A gente vai perceber que
597 está proibido 50 miligramas por quilo, base-seca. Quer dizer, então, a resolução não
598 proibiu nada. Ela proíbe, mas ela “desproíbe” em seguida. Isso é um fato gravíssimo.
599 Gostaria de saber se o jurídico aqui, a assessoria jurídica da SEMA está aqui se ela
600 poderia nos explicar, como podemos permitir a entrada no Paraná de resíduos contendo
601 50 miligramas por quilo? Fiquei muito surpresa de ver esse anexo.

602 O Sr. Rasca Rodrigues:- Acho que a Conselheira Zuleica está fazendo, inclusive, a
603 defesa da instituição até para **rediscutir todos esses parâmetros**.

604 A Sra. Zuleica Nicys:- Acho que estava na hora de abrir uma Câmara Técnica
605 Temática, também, **para rever essa resolução segundo a Convenção de Estocolmo**.
606 Nós deveríamos ter uma **Câmara Técnica Permanente para rever os padrões do**
607 **Paraná em relação às resoluções do Conama**, por sua vez, e sermos mais efetivos para
608 defendermos a saúde pública. Se isso aqui está sendo incinerado na Região Metropolitana
609 de Curitiba, então estamos com problemas. E o pior que vi na “Gazeta do Povo” de sexta-
610 feira, uma reportagem que os fornos de co-processamento das cimenteras estão
611 queimando, por exemplo, produtos que a Polícia Federal apreende, como milhares de
612 isqueiros que foram apreendidos e incinerados, aqui, na Região Metropolitana. Como
613 podemos criar mecanismos neste Conselho para averiguar esse tipo de coisa e garantir a
614 saúde pública.

615 O Sr. **Rasca Rodrigues**:- **Esse é o desafio dessa Câmara Temática**. Assim como
616 gostaria de externar aos conselheiros, temos feito desde o início da gestão, uma briga
617 contra o glifosato pós-emergente. Uma briga solitária, aonde a Dra. Ceci Cercal é a nossa
618 Procuradora que está tratando dessa questão, junto com a Eng. Agrônoma Vânia Zappia e
619 acompanhada pela Dra. Ana Cláudia na PGE e temos enfrentado o maior escritório de
620 advocacia do Estado, onde esse escritório conseguiu uma liminar. Derrubamos a liminar
621 pela coragem da Desembargadora Ana Marry Cruz e temos segurado este registro. Não
622 só desta empresa, mas, de todas elas por 4 anos e meio. Uma luta solitária, muito solitária
623 e não vimos, até hoje, nenhuma manifestação, também, por essa posição solitária de
624 segurar esse glifosato pós-emergente. Tem-se algum glifosato pós-emergente aplicado no

625 campo é sem licenciamento ambiental – de forma criminosa, contrabandeado ou de
626 qualquer outra forma.

627 Quero dizer que cassamos a liminar que permitia esse registro há questão de uns
628 vinte dias. Essa Câmara Temática está sendo proposta com a composição, também,
629 atendendo o Regimento Interno de cinco indicações. Sendo uma do Presidente; dois
630 membros natos e dois membros designados. Consulto ao Plenário, com a palavra a
631 Conselheira Zuleica.

632 A Sra. **Zuleica Nicys**:- Estava analisando o § 3º do art. 3º que trata da criação
633 dessa Câmara Temática e está errado na pauta, na maneira como ela foi colocada na
634 pauta. Essa Câmara Temática não é para atendimento da resolução, é a resolução que
635 dispõe sobre o armazenamento e não a Câmara Temática. Certo? Só para ficar claro.
636 Porque a Câmara Temática é criada para analisar e relatar as propostas encaminhadas
637 pelo IAP referidos nos parágrafos anteriores. Segundo, que aqueles resíduos perigosos
638 que não estejam previamente aprovados por essa resolução ou por resoluções
639 subsequentes. É por isso que levantei esta questão. A resolução proíbe a entrada de
640 organoclorado, qualquer resíduo que contenha organoclorado. No entanto, ao mesmo
641 tempo ela libera no anexo 01. Então, vamos ter um problema aí e gostaria que o jurídico
642 se manifestasse e ainda não se manifestou. Está liberando o organoclorado em valores tão
643 altos e ao mesmo tempo ela proíbe a entrada de organoclorado no resíduo, qual seria a
644 finalidade desta Câmara Temática? Talvez só para resíduo radioativo, então, porque está
645 tudo liberado.

646 O Sr. **Rasca Rodrigues**:- O Instituto Ambiental do Paraná, Conselheira Zuleica,
647 só licencia quem polui, quem não polui ele não licencia e a legislação estabelece
648 parâmetros de poluição. Para ser considerado um produto tóxico ou não, existem
649 parâmetros definidos pelas legislações. Se não está atendendo o Protocolo de Estocolmo,
650 **vamos fazer atender o Protocolo de Estocolmo**. Se existem produtos que já estão
651 proibidos na cidade origem, como já temos aqui no Brasil inclusive produtos em que
652 aonde se fabrica não se permite o uso, **vamos atualizar isso**. O fato de ter o mínimo de
653 comprometimento de poluição não significa que ele é altamente perigoso. Esse é o
654 espírito da legislação dentro do licenciamento ambiental, porque se não poluisse não
655 haveria necessidade de licenciamento. Então o licenciamento estipula valores mínimos
656 dentro de convenções, dentro de parâmetros estabelecidos. Temos legislação que abriga
657 isso. Então, **o que vamos verificar com essa Câmara Temática é se esses parâmetros**
658 **são verdadeiramente existentes e onde está essa literatura**. Tudo isso podemos
659 verificar. Porque não houve por parte do IAP, e eu estava como Presidente do IAP na
660 época, nenhuma intenção de ao colocar alguns parâmetros viabilizar uma coisa ou outra.
661 Essa não foi à intenção. A forma como à senhora levanta a impressão que se dá é que
662 aprovamos uma coisa e foi publicada outra. Acredito que isso não tenha acontecido no
663 Conselho. Eu era o Presidente na época e acredito que essa situação não ocorreu. Essa

664 discussão foi feita da forma como foi aprovada e vamos tentar fazer a comprovação
665 disso. Se ficar constatada que houve alguma irregularidade em relação ao que está
666 estabelecido aqui é lógico que vamos tomar as providências cabíveis a essa situação. E o
667 fato de restituir a Câmara é exatamente para que a gente possa fazer uma nova discussão,
668 porque as coisas são dinâmicas, evoluem tanto para o bem, que é bom, mas infelizmente
669 também evoluem para o mal. Então temos a oportunidade de corrigir os erros e
670 potencializar os acertos. Conselheira Laura.

671 **A Sra. Laura Jesus de Moura e Costa:-** Secretário, queria um esclarecimento se
672 as plantadoras de pínus, as reflorestadoras usam o glifosato? É o mesmo pós-emergente
673 que o senhor se refere?

674 **O Sr. Rasca Rodrigues:-** Eu não sei. Se alguém tiver essa resposta presente aqui
675 nesta sala.

676 **O Sr. Roberto Gava:-** Quero registrar que em quarenta anos plantando pínus é a
677 primeira vez que ouço que se usa glifosato em plantio de pínus. O que se usa sempre é
678 formicida. Inclusive para o combate da vespa-da-madeira, que é um inseto que ataca a
679 floresta de forma violenta, foi desenvolvido pela Embrapa um inimigo natural, um
680 nematóide, Sirex noctilio, porque não havia forma de pulverizar a floresta para eliminar a
681 vespa-da-madeira. De forma que fico lhe devendo esta informação, vou buscar, mas é a
682 primeira vez que ouço.

683 **O Sr. Rasca Rodrigues:-** Conselheira Laura.

684 **A Sra. Laura Jesus de Moura e Costa:-** Queria deixar registrado que a partir
685 daquela denúncia que fizemos na escolinha do Governo e também aqui no Conselho,
686 tivemos quatro reuniões, três com as Placas do Paraná que é a Arauco e uma com a
687 Línea. O próprio pessoal da Arauco, Sr. Roberto Trevisan, admitiu que utilizam glifosato
688 para o crescimento do pínus e que deixariam de usar na região de São Sebastião em Cerro
689 Azul a pedido da comunidade. Então até consideramos um avanço das nossas reuniões,
690 porque estabeleceram uma parceria de não usar produto químico nenhum e utilizar a
691 própria comunidade para ajudar num trabalho em parceria. Então é possível ter plantio
692 sem uso, então por que usam?

693 **O Sr. Rasca Rodrigues:-** Já está identificado Conselheira Laura. Vou pedir ao
694 Conselheiro Salvador, da Secretaria da Agricultura, que trate dessa questão para a
695 próxima reunião, consultando a Emater ou quem ache que se deva em relação às
696 recomendações técnicas de plantio de pínus com respeito ao glifosato. O Conselheiro
697 Salvador é engenheiro agrônomo, trabalha diretamente com a questão do agrotóxico e
698 com a questão dos transgênicos na Secretaria da Agricultura.

699 **O Sr. Salvador :-** Laura, o glifosato não tem recomendação para aplicar em
700 espécies florestais só em espécies agrícolas, está registrado pela Secretaria da
701 Agricultura. Vamos averiguar esta questão, pelas nossas informações ele não é utilizado
702 em espécies florestais.

703 O Sr. **Rasca Rodrigues**:- Conselheiro Hassan, pela ordem.

704 O Sr. **Hassan Sohn**:- Retomando o assunto que estávamos tratando antes dessa
705 interrupção. Dois pontos. O primeiro é que esta Câmara Temática está sendo criada com
706 uma finalidade divergente do que a gente estava sugerindo. Esse era o ponto em que
707 queríamos chegar. Na realidade esta Câmara Temática, já prevista na resolução, serve
708 para analisar aqueles processos de exceção. E o que estamos propondo é que, além dessa
709 Câmara Temática, se fizesse desde já **uma nova Câmara Temática para rever a**
710 **própria resolução**. Estamos com a preocupação que é a seguinte. Ninguém está dizendo
711 que houve algum erro proposital ou alguma coisa assim, sabotagem. Apenas estranhamos
712 os limites, por isso pedimos a transcrição para confirmar se houve só um erro aparente,
713 mas, de qualquer modo, essa resolução deve ser revista. **Nossa preocupação é que**
714 **tenham duas Câmaras ou então que se amplie essa Câmara para que ela já faça essa**
715 **revisão**.

716 O Sr. **Rasca Rodrigues**:- Na proposta que estamos fazendo, fala sobre criar a
717 **Câmara Temática Permanente, analisar e relatar propostas encaminhadas pelo**
718 **IAP, emitindo parecer e recomendações e propor alterações necessárias para**
719 **atender as disposições legais**.

720 O Sr. **José Antônio de Andrade Duarte**:- Secretário, sobre essas questões de
721 produtos, como a legislação vem sempre sendo modificada, acho que teríamos que fazer
722 um estudo sobre a questão do receituário agrônômico para não ter esse tipo de discussão,
723 porque senão vamos perder muito tempo em relação a isso. Acho que seria interessante,
724 Conselheira Laura, este produto que a senhora colocou, foi utilizado um pouco na área de
725 cana, mas hoje também é proibido. Acho que temos que adiantar o processo na questão
726 do receituário, talvez mais um pouquinho de informação sobre isso. Porque isso muda
727 realmente.

728 O Sr. **Rasca Rodrigues**:- Considero o assunto vencido e na fala do conselheiro, se
729 for de acordo com os demais, fazer uma consulta formal ao CREA, solicitando as cópias
730 de todos os receituários agrônômicos que são necessários para adquirir o produto
731 glifosato para a cultura do pínus. Com a palavra o conselheiro Salvador que também é
732 conselheiro do CREA.

733 O Sr. **Salvador**:- Dificilmente vai se encontrar um receituário permitindo a
734 aplicação de glifosato até porque não existe recomendação. E se um profissional fizesse
735 isso ele estaria sendo incoerente com o recomendado.

736 A Sra. **Laura Jesus de Moura e Costa**:- Não queremos desviar o assunto da
737 Câmara Temática e acho que isso que deixa a Zuleica aflita. Não é nossa intenção.
738 Agora, que as plantadoras, as reflorestadoras de pínus estão usando glifosato isso é fato!
739 Já temos isso comprovado. Se não usam com a recomendação técnica, estão usando sem
740 recomendação técnica nenhuma, mas estão usando.

741 O Sr. **Rasca Rodrigues**:- O assunto em pauta é instituir uma Câmara Técnica para
742 emitir parecer, propor alterações em relação ao que está colocado. Quem fez a melhor
743 defesa até agora dessa Câmara Técnica foi a Zuleica! Então se justifica a criação dessa
744 Câmara Técnica, então, vamos tratar da composição dela! Se vai discutir glifosato,
745 transgênico... O que estamos tratando, aqui, é do organoclorado.

746 O Sr. **Hassan Sohn**:- Secretário, exatamente isso. Acho que estamos perdendo
747 tempo com assunto paralelo e temos que seguir a pauta. Vamos terminar a pauta
748 primeiro.

749 O Sr. **Rasca Rodrigues**:- Solicito aos conselheiros que têm intenção de participar
750 dessa Câmara Temática que se manifestem: APROMAC – sim; FIEP – sim; José Antonio
751 pelos municípios; IAP – sim; FIEP designado e ONG designado; SEAB – sim. José
752 Antonio se você tem condições de assumir a relatoria eu te indico?

753 O Sr. **José Antônio de Andrade Duarte**:- Acho que seria mais pertinente a
754 SEAB, né?

755 O Sr. **Rasca Rodrigues**:- Mas a SEAB não pode fazer essa composição. Mas você
756 tem tempo?

757 O Sr. **José Antônio de Andrade Duarte**:- Tudo bem então. É bastante corrido,
758 mas vamos tentar. Secretário, a FIEP falou que vai dar uma mão, vamos ser parceiros, a
759 FIEP como parceira.

760 O Sr. **Rasca Rodrigues**:- Como tenho a prerrogativa de indicar, a minha indicação
761 novamente vai ser, então, para a coordenação da ONG. Não que isso pareça uma
762 cooptação, mas para trazer o equilíbrio nessa Câmara Temática, até porque ela vai relatar
763 o que for discutido e aprovado. Portanto, o relator não inventa. Então se a ONG aceitar
764 minha indicação?

765 O Sr. **Hassan Sohn**:- A APROMAC aceita a indicação.

766 O Sr. **Rasca Rodrigues**:- Então fica como coordenador a APROMAC, tendo a
767 FIEP e os municípios; IAP e a SEAB como membros. Conselheiros que aprovam essa
768 composição permaneçam como estão. APROVADA a composição. Próximo item da
769 pauta.

770 O Sr. **Paulo Roberto Castella**:- O item quarto da pauta – assuntos de ordem geral.

771 Em assuntos gerais teríamos as discussões e adequações necessárias para
772 proposição do Sistema Estadual de Unidades de Conservação e apresentação do Relatório
773 da Câmara Temática das Pombas. Primeiro, em relação ao Sistema de Unidades de
774 Conservação já tinha sido proposto, aprovado por este Conselho Pleno dentro de uma
775 proposta, para ser encaminhada à Assembléia Legislativa. Considerando o tempo que ele
776 passou – de dezembro de 2005 até agora; considerando que nesse meio tempo já teve
777 decretos referentes as RPPN's e instituiu novas regras para isso, ela ficou inadequada
778 para proposição de lei e devido o conflito entre a lei e o próprio Decreto, em relação a
779 RPPN e, também, à própria observação jurídica dentro da SEMA, em que cria uma outra

780 categorias de unidades de conservação, essa estaria fora do Sistema Nacional. Teríamos
781 que pedir a aprovação do CONAMA numa nova categoria e mesmo assim nós
782 correríamos o risco de ter um sistema estadual - uma categoria fora do Sistema Nacional
783 e que essa nova categoria não contemplaria a absorção de recurso que sempre a União
784 coloca do fortalecimento do Sistema Nacional de Unidades de Conservação.

785 São diversas adequações necessárias que nesse meio tempo aconteceram e que
786 deveria, na nossa proposta, ter uma comissão especial, uma Câmara Temática com vistas
787 a atualizar, fazer a revisão e o imediato encaminhamento a esse e que a gente ainda teria
788 para aprovação dentro da Assembléia Legislativa como uma proposta de Lei. Está aberto
789 para discussão.

790 O Sr. **Rasca Rodrigues**:- Em discussão. Conselheiro Gava.

791 O Sr. **Roberto Gava**:- Este assunto é muito palpitante, porque a comunidade
792 paranaense vivenciou em 2005/2006 toda uma problemática de criação de unidade
793 conservação. Parece-me que esta sugestão vem ao encontro a uma proposta da FIEP para
794 criar uma nova categoria de unidade de conservação a nível federal, alterar a Lei do
795 SNUC, criar uma nova categoria de tal forma a premiar os proprietários e não
796 permanecer essas treze categorias que só penitenciam aquele que preservou. De modo
797 que acho muito interessante, Paulo, reavivar esse assunto, trazer para um debate atual
798 para ver o que podemos fazer inclusive a nível federal. Essa é nossa proposta.

799 O Sr. **Rasca Rodrigues**:- Mais algum Conselheiro? Conselheira Renata.

800 A Sr^a. **Renata Garrett Padilha**:- Gostaria de informar que preciso sair, portanto,
801 estou me retirando da Mesa.

802 O Sr. **Rasca Rodrigues**:- Alguém assume?

803 A Sr^a. **Renata Garrett Padilha**:- Ninguém assume.

804 O Sr. **Rasca Rodrigues**:- Obrigado pela presença, Conselheira. Quais os
805 Conselheiros que têm interesse em participar dessa Câmara?

806 A Sr^a. **Laura Jesus de Moura e Costa**:- Não entendi direito. Na reunião 66^a
807 discutimos a criação de uma Câmara Temática que iria analisar as espécies invasoras,
808 invasoras porque está afetando as unidades de conservação.

809 O Sr. **Rasca Rodrigues**:- Foi criada em dezembro.

810 A Sr^a. **Laura Jesus de Moura e Costa**:- Não estou entendendo se esta Câmara
811 Temática, que vai estudar as unidades de conservação, é a mesma que vai estudar as
812 espécies invasoras.

813 O Sr. **Rasca Rodrigues**:- Não.

814 A Sr^a. **Laura Jesus de Moura e Costa**:- É outra coisa.

815 O Sr. **Rasca Rodrigues**:- É.

816 A Sr^a. **Laura Jesus de Moura e Costa**:- Porque o ano passado foi até aprovado
817 um projeto de lei sobre o gerenciamento das unidades de conservação, a Liga Ambiental
818 participava.

819 O Sr. **Rasca Rodrigues**:- Conselheiro Tourinho para ajudar.

820 O Sr. **Luiz Anselmo Merlin Tourinho**:- Na verdade não foi uma Câmara, foi uma
821 proposição que a Liga Ambiental apresentou numa reunião do Conselho, uns dois ou três
822 anos, a qual foi colocada em votação e não foi aprovada naquela época. Então o que o
823 Conselho está propondo hoje é que se faça um novo estudo desse sistema de unidade de
824 conservação do Estado do Paraná.

825 A Sr^a. **Laura Jesus de Moura e Costa**:- Foi votada.

826 O Sr. **Rasca Rodrigues**:- Eu não tenho lembrança. Conselheiro Hassan.

827 O Sr. **Hassan Sohn**:- Gostaria de aproveitar a presença de um membro da Liga
828 Ambiental aqui e passar a palavra a ele para que faça os esclarecimentos.

829 O Sr. **Rasca Rodrigues**:- Dr. Felipin.

830 O Dr. **Felipin**:- Obrigado Sr. Presidente. Boa-tarde a todos. Hoje não falo como
831 Conselheiro do Conselho Estadual de Recursos Hídricos e sim como convidado da
832 APROMAC. O Tourinho tem razão em parte no que ele disse. É uma proposta para se
833 fazer à aplicação imediata do SNUC no Estado do Paraná, e por um ofício da Dra. Ana
834 Cláudia naquela reunião o assunto não entrou em pauta, porque entendia inconstitucional
835 em se aplicar imediatamente o SNUC no Estado. Aí foi aberta a oportunidade de se criar
836 uma Câmara Temática para discussão do assunto. O então Diretor de Biodiversidade do
837 IAP, Dr. Wilson Loureiro, fez uma proposta de texto legal que entrou em discussão nesta
838 Câmara Temática da qual a Dra. Ana Cláudia Graf participou, houve a participação da
839 FAEP, senão me engano. Lembro que vários membros do Conselho tomaram assento
840 nesta Câmara Temática, participaram e aprovaram aquele texto que havia sido proposto
841 pelo DIBAP na época. De fato, é interessante notar que este relatório foi apresentado à
842 Secretária Executiva do Conselho, houve um problema burocrático, que não sei bem qual
843 é, que este relatório desapareceu dentro dos arquivos. Uma nova cópia foi impressa e os
844 documentos foram reformulados, organizados, foi fornecida uma nova cópia para a
845 Secretaria e com base nisso foi tomada uma deliberação posterior. O que me chama a
846 atenção é que tenha havido um parecer jurídico dizendo que aquele trabalho, aquele
847 projeto de lei inicialmente discutido nesta Câmara Temática, não tinha sustentação do
848 ponto de vista jurídico na medida em que contou com a participação de uma das juristas
849 ambientais aqui do Paraná mais conhecida que é a Dra. Malde Nanci, contou com a
850 participação da Dra. Ana Cláudia Graf, com minha participação também nesses trabalhos
851 e de várias outras entidades. Então, se mudou alguma coisa de lá para cá, e não estou bem
852 certo do que mudou porque talvez não tenha acompanhado a evolução desses Decretos,
853 mas de qualquer forma seria interessante retomar o trabalho que foi feito ali, resgatar o
854 processo administrativo onde constam todos as discussões, todas as atas que foram feitas,
855 se não me engano, no mínimo três reuniões com a presença de todos os Conselheiros que
856 gostariam de participar. Foi um trabalho bastante interessante e foi um dos poucos pontos
857 em que houve consenso, não só entre os representantes do Governo do Estado, mas da

858 sociedade civil e do setor produtivo.

859 O Sr. **Rasca Rodrigues**:- Já que estamos próximos do consenso, registro a
860 presença da bióloga Tosca Zamboni, da S.O.S Bicho. Já que estamos próximos da
861 convergência dessa questão, acho que é oportuno estabelecer esta Câmara Temática,
862 retomar a partir desta questão e vou dar uma olhada neste parecer jurídico que foi
863 colocado aqui pelo Dr. Felipin. Se não tivermos nenhum outro encaminhamento,
864 continuamos com a coleta de membros para esta Comissão. Até agora FAEP e IAP.

865 A Sr^a. **Laura Jesus de Moura e Costa**:- Queria indicar a Liga Ambiental, já que
866 tem todo um trabalho.

867 O Sr. **Rasca Rodrigues**:- ONG. Alguém mais? SEAB não? Mais alguém?

868 O Sr. **Rasca Rodrigues**:- FIEP, FAEP, IAP, ONG e Sema. Agora ficou difícil
869 aqui, agora ficou monopolizado.

870 O Sr. **Roberto Gava**:- Numa tentativa de conciliar, a FIEP abre mão da
871 participação e vai ser “o sombra” do Tourinho.

872 O Sr. **Rasca Rodrigues**:- Então ficou FAEP, IAP, ONG, Sema. Gostaria de saber
873 se a SEAB? (Não). PGE? (Não).

874 Com a palavra a Dra. Ana Cláudia.

875 A Sr^a. **Ana Cláudia Bento Graf**:- Sr. Presidente, a Procuradoria Geral do Estado
876 nesses anos todos jamais se furtou a coordenar, a participar. Mas a PGE pelo acúmulo de
877 trabalho não tem condições de coordenar, mas para participar não tem problema.

878 O Sr. **Rasca Rodrigues**:- Participar como membro?

879 A Sr^a. **Ana Cláudia Bento Graf**:- Sim.

880 O Sr. **Rasca Rodrigues**:- sob a coordenação da SEMA. Os conselheiros que
881 concordam com essas indicações permaneçam como estão. APROVADO. Peço licença
882 porque vou ter de me ausentar por motivo de uma consulta médica. Assume o Sr. Vitor
883 Hugo Ribeiro Burko – Presidente do IAP.

884 O Sr. **Vitor Hugo Ribeiro Burko**:- Boa tarde a todos, dando seqüência nos
885 trabalhos, vamos continuar com a pauta. Consultamos as ONG's sobre a possível
886 indicação para essa suplência requerida pela conselheira Laura – quais as ONG's que se
887 apresentam como suplentes para ocupar a vaga da Fundação Ângelo Cretã? Na questão
888 do Fórum Estadual de Mudanças Climáticas.

889 A Sr^a. **Rosana Vicente Gnipper**:- A SOS Bicho tem interesse.

890 A Sr^a. **Laura Jesus de Moura e Costa**:- Apenas para lembrar, se ninguém se
891 opuser, ficaria o CEDEA como titular e o SOS Bicho como suplente ocupando a vaga da
892 Fundação Ângelo Cretã que não está mais.

893 O Sr. **Vitor Hugo Ribeiro Burko**:- Não havendo mais indicações, então se
894 estabelece que fica o definido pela Conselheira Laura, ficando a SOS Bicho na suplência.

895 Peço ao Castella que dê prosseguimento à pauta.

896 O Sr. **Paulo Roberto Castella**:- Nosso próximo assunto seria o relato breve da
897 Câmara Temática referente às pombas.

898 A Sr^a. **Rosana Vicente Gnipper**:- Nós tivemos um problema com relação ao IAP
899 ter assumido a coordenadoria e a relatoria dessa Câmara Temática. No semestre passado
900 o Mauro Britto participou de todas as reuniões. Depois fizemos nossa reunião plenária
901 em dezembro e foi apresentada uma minuta de resolução que não foi aceita em plenária
902 porque fizeram algumas considerações, o próprio IAP na pessoa do Harry fez
903 considerações e pedimos então, que nos enviassem por e-mail para que pudéssemos nos
904 reunir e refazer para apresentar na próxima reunião que está sendo agora. No semestre
905 passado todo, o IAP não chamou essa Câmara Temática. Então, atendendo a um pedido
906 do Castella para nos reunirmos e chegarmos a uma conclusão acabei assumindo,
907 passando por cima até da coordenação. O Mauro estava de licença médica e não
908 compareceu nenhum representante do IAP, fizemos quatro reuniões, presente a SESA –
909 Secretaria de Saúde; Dr. Paulo Guerra aqui, presente, como nosso convidado participou
910 de todas as reuniões; a SEAB – a Glassi representando a SEAB esteve em todas as
911 reuniões; a FAEP se ausentou de todo o processo, de todas as reuniões do semestre
912 passado e apenas em uma dessa outra parte.

913 Então me sinto um pouco prejudicada de fazer um relato, uma proposta, uma
914 produção final porque não tivemos, na verdade, nem a coordenação que foi estipulada
915 pela Resolução que instituiu a Câmara. Então estou até meio constrangida de fazer um
916 relato que o IAP devia estar fazendo. Não sei como colocamos isso. Uma das questões
917 que nós discutimos – sou conselheira pela primeira vez neste Conselho e tenho muitas
918 dúvidas, poucas reuniões a gente não consegue pegar muito a dinâmica! Se é uma
919 Câmara Temática, ela tem obrigatoriamente, de trazer uma proposta de resolução?
920 Porque nenhum de nós conselheiros que participamos destes trabalhos nos sentimos,
921 assim, com capacidade de fazer uma proposta de resolução para o Conselho. Então
922 perguntamos: temos de levar uma proposta de resolução ou nós vamos levar a discussão
923 para daí o CEMA através do seu corpo jurídico, através da discussão ele preparar? E não
924 tínhamos quem solucionasse isso dentro das reuniões.

925 Temos uma outra proposta até incluindo algumas questões que o Harry havia
926 colocado, tentamos. Muitas das coisas que o Harry enviou entendemos que não
927 contribuiu para o debate. Na verdade dava um outro caráter e não foi uma contribuição
928 no nosso entender. Tentamos novamente fazer. Mas o que nós fechamos como conclusão
929 e o Tourinho vai concordar com a gente, é que não queremos que o Estado admita a
930 possibilidade de matar os pombos sem que se faça uma ampla discussão, sem que
931 estudos, sem que pesquisas sejam feitas porque não localizamos esses estudos e essas
932 pesquisas no Paraná. Temos depoimentos do Dr. Ronald da USP, que o Tourinho não
933 quis aceitar de uma pessoa de fora do Estado, uma pessoa de São Paulo. Por que trazer
934 um especialista de São Paulo para falar para nós, aqui do Paraná e não conseguimos

935 avançar nessas discussões em termos de estudo. E que estudos que nós temos que
936 comprovam que precisa matar pombo? Temos o relato do Dr. Ronald. Entrei em contato,
937 tenho aqui um depoimento dele, dizendo que posso usar em nome dele todas as
938 informações que tenho aqui e ficou esse impasse.

939 Não sei como podemos resolver.

940 O Sr. **Luiz Anselmo Merlin Tourinho**:- Realmente essa nossa Câmara Temática
941 ficou um tanto quanto conturbada. A conselheira Rosana falou da não participação da
942 FAEP, mas não participamos porque não queríamos participar. E sim porque como não
943 havia uma coordenação e essa coordenação não marcava nenhuma reunião. Eu, na FAEP,
944 tenho minhas atividades, não posso ficar dependendo de hora, local e data para se marcar
945 uma reunião e deixar as minhas atividades dentro da minha instituição de lado. Esse é um
946 ponto que quero deixar bem claro porque, muitas vezes, não participamos das reuniões.

947 Segundo ponto é que a Resolução que saiu montando esta Câmara Temática ou
948 Técnica, teve um erro. Ele saiu dizendo que esta Câmara Temática iria tratar da Pomba
949 Columba Lívia. Na realidade iniciamos a discussão no nosso Conselho da Instrução
950 Normativa 108 do Ibama que trata de outra espécie de pomba, que é a que está escrita na
951 nossa ata, que é a Zenaida Auriculata. Esse foi mais um erro que saiu na Resolução de
952 formação da nossa Câmara Temática. Tenho mais uma coisa que gostaria de falar, na
953 realidade foi uma reunião que tivemos na FAEP, no dia dessa reunião se discutiu a
954 questão da Instrução Normativa, se íamos fazer uma proposta de resolução ou não, qual
955 era a função da Câmara Temática e não chegamos a conclusão nenhuma com relação a
956 isso. Neste dia mesmo quis tirar uma dúvida, porque discutimos por que não manter a
957 Instrução Normativa 108 do Ibama? Mas ela já tinha um impeditivo que para o produtor
958 rural abater a pomba, ele deveria ter alguns pré-requisitos, que é ter reserva legal
959 averbada, ter sua área de preservação permanente recomposta. E aí perguntei para a
960 colega Rosana se tinha idéia de quantos produtores no Estado do Paraná tem a reserva
961 legal averbada, quantos produtores no Paraná têm sua área de preservação permanente
962 recomposta? Não chegamos a nenhum acordo, porque nós dois não sabemos quantos
963 produtores. Aí quis tirar uma dúvida de quantos produtores procuraram o Ibama para
964 fazer o cadastramento para o abate da pomba. Desde outubro de 2006, que foi quando
965 saiu a Instrução Normativa 108 do Ibama, até esta presente data apenas um produtor
966 pediu licenciamento no Ibama para fazer abate de pomba e mesmo assim o Ibama não
967 concedeu porque ele não cumpriu com todos os pré-requisitos ainda. Então já existe um
968 impedimento para o abate da pomba, não sei se cabe a este Conselho fazer uma resolução
969 para determinar quando ou como vamos abater pomba e se vamos abater. Este é o meu
970 relato.

971 O Sr. **Vitor Hugo Ribeiro Burko**:- O IAP foi citado e me parece que o IAP tinha
972 a obrigação objetiva de estar liderando este processo, mas lamentavelmente, tenho que
973 reconhecer que nestes seis meses que estou à frente da entidade esse foi um dos temas

974 que ainda não passei a liderar pessoalmente. Mas já tenho discutido bastante
975 internamente dentro da entidade e de fato não é só o caso dessa pomba, temos uma série
976 de espécies exóticas ou nativas que dependem de estudos aprofundados rápidos para que
977 se possa definir uma política de fauna para o Estado do Paraná. O IAP estará liderando
978 este processo daqui para frente. Vamos ver se efetivamente nós, como entidade,
979 assumimos com o nosso papel, vamos chamar os diversos setores para podermos
980 encontrar um caminho comum para isso.

981 A Sr^a. **Rosana Vicente Gnipper**:- Estou entendendo que vamos reconduzir esta
982 Câmara e continuar.

983 O Sr. **Vitor Hugo Ribeiro Burko**:- É. Ainda não temos ações objetivas e isso
984 depende do IAP. Estou agora colocando o posicionamento do IAP, vamos dar seqüência
985 aos trabalhos uma vez que a Câmara está instituída e é nosso dever dar seqüência. Quero
986 agradecer aqui a presença do Presidente da FIEP, Sr. Rodrigo Rocha Loures, que nos
987 cede o espaço e vem abrilhantar nossa tarde. Obrigado pela presença. Consulto os Srs.
988 Conselheiros se alguém tem alguma coisa a opor à seqüência dos trabalhos dessa Câmara
989 com o IAP, desta vez assumindo efetivamente o seu papel. Conselheiro Tourinho.

990 O Sr. **Luiz Anselmo Merlin Tourinho**:- Minha preocupação, Sr. Presidente, é que
991 enquanto ficamos discutindo esta questão o problema vai existir no campo. O que tentei
992 deixar claro ao nosso grupo dentro da Câmara Temática é que nós na Federação da
993 Agricultura não vemos o problema da pomba como um problema de saúde pública, até
994 porque o próprio representante da Saúde Pública nos mostrou que não existe problema de
995 saúde pública com pomba. Mas o problema para nós é econômico e temos que tomar
996 algum posicionamento com relação a isso. Um empecilho, uma normativa para o
997 abatimento já existe, o que a Federação quer saber é se enquanto ficamos discutindo isso
998 dentro de uma Câmara Temática vai valer a Instrução Normativa 108?

999 O Sr. **Vitor Hugo Ribeiro Burko**:- Parece-me que de toda forma, não podemos
1000 sobrestar toda a normativa federal. Então ela está valendo, a menos que estabeleçamos
1001 uma outra normativa mais restritiva. Enquanto se estiver discutindo não estará se
1002 estabelecendo nenhuma normativa, portanto, encontra-se absolutamente vigente a
1003 normativa federal. Parece-me que a discussão é própria, é necessária. Tenho contato
1004 direto com o Ibama onde dá conta que pretende passar uma parte das discussões de fauna
1005 para os estados. Não discutimos isso hoje, teremos fatalmente que discutir amanhã.
1006 Entendo que devemos na seqüência discutir outras espécies que também causam
1007 problemas, que necessitam de controle e outras espécies que também estão totalmente
1008 desamparadas e que não têm uma política de manutenção, como por exemplo o nosso
1009 papagaio-de-peito-roxo amazona vinácea que é uma espécie em alto risco de extinção e
1010 que lamentavelmente não temos até agora definida nenhuma política para preservação
1011 desta e de diversas outras espécies. Se podermos fazer um pouco hoje, as discussões
1012 amadurecem, mostram o caminho e permite que estejamos definindo as políticas

1013 estaduais, tanto para controle de alguns animais quanto para estímulo ao
1014 desenvolvimento de outros animais. Então me parece, para mim tenho claro, salvo
1015 melhor juízo, que a discussão neste palco, neste cenário, não sobrestá, não sobrepuja à
1016 normativa já vigente definida pelo Ibama.

1017 A Sr.^a **Rosana Vicente Gnipper**:- Justamente com essa preocupação que pedimos
1018 a criação da Câmara Temática e a discussão em caráter de urgência, porque enquanto se
1019 discute, animais podem estar sendo mortos por uma questão econômica e é justamente
1020 essa nossa posição. O Tourinho deixou bem claro a questão de custo, eles estão perdendo
1021 e esses animais vão pagar com a vida porque eles estão perdendo? Porque devastamos
1022 nossas florestas, acabamos com o meio ambiente e esses animais não têm mais como
1023 sobreviver de outra forma ou porque temos um problema na lavoura, que é o que diz o
1024 Dr. Ronald que o problema é de manejo da própria agricultura, então, enquanto isso
1025 vamos permitir que a Instrução Normativa abata as pombas dessa maneira? É justamente
1026 com essa intenção, Vitor, que pedimos em caráter de urgência essa discussão. O nosso
1027 desejo é que este Conselho encaminhasse alguma medida restritiva: “A Instrução
1028 Normativa está lá, mas este Conselho decide que no Estado do Paraná às coisas não vão
1029 funcionar desta forma!”, para tentarmos salvaguardar a vida desses animais. Esta política
1030 que queremos implantar no Estado do Paraná, não o da prática mais fácil, menos custosa,
1031 onde você mata vidas.

1032 O Sr. **Vitor Hugo Ribeiro Burko**:- Aí entramos numa questão conceitual que é
1033 para ser interpretada pelo conjunto de Conselheiros. Na presidência e na condição de
1034 Presidente do IAP vou me ater a definir internamento no IAP a liderança ou o esforço
1035 concentrado no sentido de participar dessas discussões de modo objetivo, de modo
1036 concreto, de modo científico, levando em conta todas as variáveis que têm que ser
1037 consideradas nesse tipo de situação e do ponto de vista da Presidência, me parece que não
1038 há mais nada a ser deliberado uma vez que já está claro que vamos dar seqüência no
1039 andamento dessa Câmara Temática. Conselheiro da APROMAC.

1040 O Sr. **Hassan Sohn**:- Tenho uma proposta de encaminhamento a fazer em relação
1041 a este assunto. Compartilho com a Conselheira Rosana da preocupação, da demora na
1042 solução do problema. Sabemos que enquanto não temos o problema, em teoria, ao menos
1043 em teoria, temos que admitir que é possível fazer este abate. Em essa norma se tornando
1044 mais popular, muitos interessados vão acabar esquecendo dos seus requisitos e abatendo
1045 por si só tentando resolver depois a questão. Gostaria de retomar a proposta original de
1046 criação deste grupo, com um pequeno acréscimo, minha proposta é que declaremos como
1047 resolução deste Conselho à inaplicabilidade desta portaria do Ibama no Estado do Paraná
1048 até que novos estudos e um embasamento científico adequado se faça, que permitem que
1049 regulamentemos então, uma eventual, possível e futuro abate. E, desde já, deixar um
1050 indicativo que se faça um seminário com a participação de todos os setores interessados e
1051 principalmente, estudiosos, biólogos para que se discuta não só a questão da troca da

1052 própria pomba amargosa, como também, a pomba doméstica ou urbana e outros animais
1053 que estão já, como o senhor disse, por falta de interesse do IAP.

1054 Mas qual é a idéia? A idéia é que primeiro se faça a restrição para que se evite
1055 uma matança possivelmente desnecessária, privilegiando a vida e privilegiando a ética
1056 humana que faz com que nós protejamos os animais. E depois quando estivermos
1057 devidamente embasados poderemos compatibilizar com o interesse comum que também
1058 deve ser considerado.

1059 O Sr. **Vitor Hugo Ribeiro Burko**:- Uma vez que a resolução é um ato formal
1060 deste Conselho, é necessário que a proposta seja feita por escrito para ser submetida ao
1061 Conselho. Porque a resolução não é algo imaterial, ela deve conter, objetivamente, um
1062 formulado. Então solicitamos ao conselheiro que apresente a proposta por escrito,
1063 proposta de resolução para ser votada na próxima reunião.

1064 O Sr. **Hassan Sohn**:- Com o devido respeito Senhor Presidente. Até concordo que
1065 as propostas deveriam ser feitas por escrito e que poderíamos postergar isso para uma
1066 reunião futura que seria regimentalmente mais adequado. Mas, relembro que para esta
1067 reunião não recebi nenhum material – a não ser a pauta, e para as propostas de tudo que
1068 foi debatido hoje, não houve material. Então não vejo um óbice tão relevante que não
1069 possamos discutir agora. Segundo: esta situação já vem se arrastando há 8, 9 meses e
1070 vamos colocar mais três meses de espera?

1071 O Sr. **Vitor Hugo Ribeiro Burko**:- Mas conselheiro, insisto que não temos nada o
1072 que discutir, uma vez que discutido o conceito geral, depois teria que se discutir o
1073 enunciado da resolução. Para se discutir uma resolução tem que ter no mínimo algumas
1074 frases que dêem formato a essa resolução.

1075 A Sr^a. **Rosana Vicente Gnipper**:- Então faço a proposta da resolução que
1076 trouxemos como resultado do trabalho que fizemos. Pode ser?

1077 O Sr. **Vitor Hugo Ribeiro Burko**:- Os conselheiros podem propor resoluções
1078 sim, sem dúvida nenhuma!

1079 A Sr^a. **Rosana Vicente Gnipper**:- Os conselheiros receberam essa proposta,
1080 Castella? Tínhamos deixado com vocês.

1081 O Sr. **Vitor Hugo Ribeiro Burko**:- Se for votada, é bom que fique claro. Se for
1082 votada uma proposta de resolução emanada dessa Câmara Temática – como foi afirmado
1083 pela conselheira e se for votado hoje, ela resolve e encerra a questão.

1084 A Sr^a. **Rosana Vicente Gnipper**:- Você está determinando isso?

1085 O Sr. **Vitor Hugo Ribeiro Burko**:- Não! Se for votada e derrubada a Câmara
1086 emitiu uma resolução e a proposta foi derrubada! Aí como é que se segue? Começa tudo
1087 do zero, porque a resolução foi derrubada.

1088 A democracia ela é uma coisa maravilhosa, mas ela não tem obrigação de
1089 contentar a todos os interesses, somente o interesse da maioria. Aqueles que têm suas
1090 teses vencidas devem se submeter à democracia, sob pena de termos a anarquia ao invés

1091 de democracia. Eu, na minha vida pessoal tive na minha administração em Guarapuava
1092 pautada pelos grandes ouvidos e pelos grandes olhos. Ouvindo toda sociedade. Terminei
1093 oito anos de governo e não tive conflito com nenhuma entidade, não tive um dia de
1094 greve. Conseguimos em todos os setores alguns avanços bastante significativos,
1095 especialmente com relação ao meio ambiente. Não vim para o IAP para questionar a
1096 posição de ninguém, nem vim para o IAP para me conflitar com ninguém. Para tentar
1097 fazer a minha parte, fazer com que o IAP cresça, amadureça e possa atender os interesses
1098 da nossa sociedade. Não vou entrar em discussões infrutíferas e que não levam a nada. E
1099 tenho as portas do IAP totalmente abertas a todas as entidades e pessoas que quiserem
1100 construir uma boa política ambiental para o Estado do Paraná.

1101 A Sr^a. **Rosana Vicente Gnipper**:- Queria saber com quem estamos conversando,
1102 se com o Presidente do IAP ou com o Coordenador dos Trabalhos?

1103 O Sr. **Vitor Hugo Ribeiro Burko**:- Com os dois. Porque como Presidente do IAP
1104 estou presidindo esta entidade.

1105 A Sr^a. **Rosana Vicente Gnipper**:- Então queria sugerir que voltássemos para a
1106 pauta e pudéssemos fazer essa decisão e conversar com as ONG's se entramos com essa
1107 proposta agora ou se aguardamos.

1108 O Sr. **Vitor Hugo Ribeiro Burko**:- Vou submeter ao Conselho. O Conselho
1109 entende que podemos votar uma resolução sem que ela tenha formato?

1110 O Sr. **Darcy Deitos**:- Entendo de que a situação mais coerente para esta discussão
1111 é a sua proposta do IAP retomar o processo, liderar o processo; estabelecer um prazo para
1112 essa retomada – 15 dias, 20 dias, 30 dias. Retoma a Câmara Temática e se processa
1113 corretamente. Tudo que for submetido agora, será açodado, a solução não será adequada
1114 porque a maioria, a ampla maioria dos membros aqui não se encontra em condições de
1115 apreciar qualquer proposta que seja colocada porque não recebemos o seu relatório, se for
1116 apresentada aqui uma resolução me julgo incapacitado de julgar e votarei contra. Tudo
1117 tem que ser coerente e a coerência tem que inteirar numa hora como essa, de se
1118 estabelecer um calendário ou o Presidente que assume no momento a presidência do
1119 Conselho também é Presidente do IAP, pode dizer qual o prazo que se estabelece juntos
1120 com os demais membros e se promove uma reunião para um prazo mais rapidamente
1121 possível para que na próxima reunião se possa trazer para os Conselheiros poderem se
1122 posicionar, e que recebamos o material, evidentemente, antecipadamente. Essa é a
1123 proposta que faço.

1124 O Sr. **Vitor Hugo Ribeiro Burko**:- Conselheiro Hassan, da APROMAC.

1125 O Sr. **Hassan Sohn**:- Em linhas gerais concordo com o Conselheiro, mas gostaria
1126 de lembrar que este assunto já deveria estar em nossas mentes há pelo menos seis, sete
1127 meses. Temos aqui a apresentação do relatório que pode não ter sido da coordenadoria
1128 oficial, mas, enfim, é o relatório que foi confirmado pelos membros que nos colocou um
1129 posicionamento onde há uma conclusão geral que sem estudos mais aprofundados, não há

1130 como se bater o martelo em relação a essa situação. Então minha proposta é bem simples,
1131 temos duas alternativas, a primeira é que votemos para se prorrogar esta Câmara
1132 Temática por mais um determinado período, trinta dias que seja, ou se já estamos
1133 suficientemente convencidos que sendo unânime essa necessidade de um maior estudo,
1134 mas um estudo que extrapola inclusive a esfera da própria Câmara Temática, que nós,
1135 desde já, decidamos como podemos decidir que não será aplicada esta Instrução
1136 Normativa 108 do Ibama no Estado do Paraná até que haja outra deliberação neste
1137 Conselho e na mesma resolução, determinando ou requerendo que o CEMA e o IAP
1138 promovam um seminário onde haja a participação da comunidade científica, onde haja a
1139 participação dos setores econômicos interessados e onde haja participação da sociedade
1140 civil. Essa é minha proposta. Uma deliberação bem simples, não há necessidade de textos
1141 muito rebuscados. Ou damos mais trinta dias para um grupo que já disse que exauriu o
1142 seu trabalho, porque isso foge da sua esfera ou decidimos agora. Minha proposta é que
1143 decidamos agora e sugiro à Mesa que faça esse levantamento dos que querem decidir
1144 agora e os que querem adiar por trinta dias.

1145 O Sr. **Vitor Hugo Ribeiro Burko**:- Conselheira Laura.

1146 A Sr^a. **Laura Jesus de Moura e Costa**:- Não sei se vai ser um pouco divergente
1147 do Hassan, mas a Rosana concorda com o que o Hassan falou?

1148 A Sr^a. **Rosana Vicente Gnipper**:- Concordo. Acho que podemos decidir agora,
1149 fazer este seminário e implantar no Paraná um período de espera de proibição do abate,
1150 até que seja conclusivo o resultado em caráter de urgência.

1151 A Sr^a. **Laura Jesus de Moura e Costa**:- O que queria completar é que neste
1152 caráter de urgência, então que todos tenham conhecimento da proposta de resolução que
1153 a Câmara já elaborou e na próxima reunião, que deve sair antes do dia 31 de agosto, que
1154 entre em regime de urgência já a votação da resolução, tendo sido já de conhecimento de
1155 todo mundo. Acho que amanhã mesmo já distribui para todo mundo.

1156 O Sr. **Vitor Hugo Ribeiro Burko**:- Conselheiro Tourinho.

1157 O Sr. **Hassan Sohn**:- Desculpe, não quero cortá-lo, mas só um esclarecimento
1158 rápido. A próxima reunião em agosto não pode comportar isso na pauta, uma
1159 extraordinária específica para regimento. Teria que ser a próxima ordinária que será, com
1160 sorte, mais provavelmente em outubro.

1161 O Sr. **Luiz Anselmo Merlin Tourinho**:- Volto a insistir que a FAEP não se nega
1162 a discutir a questão das pombas, não nos negamos a discutir. Só que a Instrução
1163 Normativa 108 tem que estar valendo. Veja, não consigo entender, desde outubro do ano
1164 passado, quando a Instrução Normativa saiu, a FAEP divulgou amplamente a Instrução
1165 Normativa 108. Divulgou amplamente, como você acabou de falar Conselheiro Hassan.
1166 Divulgamos, temos um boletim informativo que vai para mais de vinte e três mil
1167 produtores rurais e apenas um produtor rural procurou o Ibama para fazer o abate. Não
1168 acho justo que fiquemos aqui ainda discutindo a questão. Vamos discutir pombas?

1169 Vamos! A FAEP não se nega discutir, mas a Instrução Normativa tem que continuar
1170 valendo. Ela está sendo o empecilho para o abate de pombas. Não tem como se negar
1171 isso, ficamos desde o ano passado até agora discutindo e não chegamos a lugar nenhum,
1172 não tivemos nenhuma decisão na Câmara Temática. Então não vai ser mais trinta,
1173 quarenta, cinqüenta, sessenta dias que vamos tirar uma decisão de última hora. Vai se
1174 trazer especialistas? Podemos trazer! Mas não se pode impedir que se faça o abate através
1175 de Instrução Normativa que já está valendo.

1176 A Sr^a. **Ana Cláudia Bento Graf**:- Sr. Presidente, tenho duas ordens de
1177 consideração a fazer. A primeira que concordo com o Conselheiro Hassan quando diz
1178 que aprovamos matérias cujo texto não havíamos recebido previamente. Então esse é um
1179 péssimo hábito que esse Conselho possui há uma década pelo menos de apresentar certas
1180 matérias com antecedência e outras sem ter o texto. Por exemplo, acho que não custaria
1181 nada a SEMA ou a própria Secretaria Executiva que apresentou todas as propostas de
1182 resoluções, que encaminhasse a minuta para os Conselheiros. Nós aprovamos, a questão
1183 não é aprovar ou não. Por outro lado, sou contrária à discussão hoje ou se quiser colocar
1184 em discussão meu voto contra, porque desconheço o teor dessa discussão normativa e
1185 vejo muitos óbices a uma resolução do Conselho, entendo, em princípio, ilegal. Ou seja,
1186 o Conselho não tem competência, muito menos o Estado do Paraná, para restringir a
1187 incidência de uma Instrução Normativa de um órgão federal de âmbito nacional. Tenho
1188 dúvidas, mas para preparar meu voto adequadamente preciso ler a instrução, preciso me
1189 preparar, preciso ler o texto da proposta, porque senão não tenho condições de votar.
1190 Então se quiserem colocar em votação meu voto é negativo, sou contra a proposta,
1191 porque não tive condições de analisar o teor. Só que concordo também que as matérias a
1192 serem apresentadas têm que constar no material encaminhado aos Conselheiros. Acho
1193 também que não poderia constar da pauta a apresentação do relatório da Câmara
1194 Temática das pombas porque não existe relatório. As Câmaras não precisam apresentar
1195 proposta de resolução, mas são obrigadas a apresentar relatório escrito e formal, porque
1196 senão os demais Conselheiros não têm condições nem de saber qual foi o
1197 encaminhamento dos trabalhos. São essas as considerações que eu queria fazer.

1198 O Sr. **Vitor Hugo Ribeiro Burko**:- Conselheira Laura.

1199 A Sr^a. **Laura Jesus de Moura e Costa**:- Minha pergunta é se somente um
1200 procurou o Ibama indica que o problema não é tão grave assim e que pode esperar.

1201 O Sr. **Luiz Anselmo Merlin Tourinho**:- É grave sim, é gravíssimo.

1202 O Sr. **Vitor Hugo Ribeiro Burko**:- Conselheiro Hassan.

1203 O Sr. **Hassan Sohn**:- Teria certamente argumentos para rebater todos os
1204 argumentos dos colegas Conselheiros, baseado no princípio da precaução, baseado no
1205 próprio fato que o interesse pelo abate parece não ser grande e que o princípio da
1206 precaução nos obrigaria então, a proteger a vida e não o interesse econômico a princípio.
1207 Teria um meio jurídico de fazermos essa restrição, já que somos listados pela atribuição

1208 de legislar sobre o meio ambiente, poderíamos fazer uma forma restritiva, mas vejo que
1209 aparentemente, pelos olhos dos meus colegas Conselheiros, preferem mais trinta dias
1210 para analisar este assunto e ter um relatório formal e uma proposta formal. Acredito que
1211 só por uma questão de formalidade seria o caso de fazer votação, mas já amplamente, me
1212 parece aqui que vamos prorrogar por mais trinta dias.

1213 O Sr. **Vitor Hugo Ribeiro Burko**:- Penso que não há necessidade de votação
1214 porque me parece não haver divergência. E como Presidente do IAP quero dizer que
1215 amanhã já teremos uma pessoa designada e assumindo o papel de liderança nesse
1216 processo, para que possamos caminhar rapidamente nisso.

1217 O Sr. **Jairo Correa de Almeida**:- Da mesma forma que já foi manifestado, eu, da
1218 FETAEP – Jairo, não me sinto em condições para decidir isso aqui hoje. O assunto já
1219 vem sendo debatido e aí não veio o relatório conforme haveria de ter vindo com mais
1220 dados e até com o indicativo de algumas soluções. Mas por outro lado precisamos avaliar
1221 que dentro dessa questão toda, do lado da nossa parte – Agricultores Familiares, a
1222 intenção de não conviver com os focos de bichinhos que voam lá. Agora, do outro lado,
1223 quando se tem algum desequilíbrio e isso vai trazer prejuízo, e hoje ouço muito se falar:
1224 “Ah, olha o meu prejuízo e daí?” Daí que tem aquela história que se isso vier de fato
1225 causar problemas sérios, e de fato dá problema. Por exemplo, no caso da Agricultura
1226 Familiar se tiver um bocado de pomba aí dependendo da cultura, elas vão lá e devoram.
1227 Aí como que fica a situação deles – Agricultores Familiares, que não têm condições de
1228 ter a sua lavoura produzindo? É claro que nós vamos debater agora. Mas têm alguns
1229 pontos que precisam ser levados em consideração: ninguém é a favor de matar esse ou
1230 aquele bicho ou esse ou aquele passarinho. Agora o que precisa é a sociedade conviver
1231 com os animais, com os pássaros, com os bichos e com tudo. Se não como é que fica a
1232 sobrevivência de quem está lá?

1233 Isso é polêmico, é um fator assim que analisamos do ponto de vista que não
1234 podemos ser também nem só pra lá e nem só pra cá, tem que ter meio termo. Precisamos
1235 buscar uma solução para resolver essa questão. E enquanto conselheiro representante da
1236 FETAEP não me sinto em condições de decidir hoje, preciso avaliar isso com mais
1237 critério e aprofundar essa discussão lá na frente.

1238 O Sr. **Vitor Hugo Ribeiro Burko**:- Uma vez que não existem mais inscritos para
1239 esse assunto, dou o assunto por encerrado e encaminhamos para a finalização da reunião.
1240 A palavra está aberta para as considerações finais dos senhores conselheiros.

1241 O Sr. **Hassan Sohn**:- Gostaria de encaminhar alguns outros assuntos. O primeiro
1242 assunto é sobre o Encontro Nacional dos Conselhos Ambientais que está sendo
1243 promovido pelo CONAMA e que certamente, deverá contar com a participação do
1244 Conselho Estadual do Meio Ambiente do Estado do Paraná. Não houve nenhuma
1245 divulgação nesse sentido para nós conselheiros, e eu realmente estou muito curioso em

1246 saber qual é a pauta que o Paraná vai levar, o que será tratado. Enfim, gostaria de ter
1247 informações sobre esse Encontro.

1248 O Sr. **Vitor Hugo Ribeiro Burko**:- Solicito ao Secretário deste Conselho –
1249 Castella, que encaminhe informações relativas a este assunto a todos os conselheiros para
1250 que todos tomem conhecimento.

1251 O Sr. **Hassan Sohn**:- Gostaria agora de fazer mais dois pedidos de ordem
1252 operacional. Já que a reunião toda demonstrou que tivemos alguns problemas de
1253 comunicação, apesar de lamentável até certo ponto natural na conjuntura em que nos
1254 encontramos, mas gostaria de fazer encarecidamente dois pedidos que já os fiz. 1) que os
1255 documentos, todos os processos que estão sendo discutidos, além de enviar estivessem
1256 disponibilizados no site do Conselho; 2) que a agenda das reuniões não só plenárias, mas
1257 de todas as Câmaras Temáticas que estão em andamento fossem amplamente divulgadas
1258 para os conselheiros. Por quê? Porque não é porque um conselheiro não é um titular
1259 específico daquela Câmara que ele não tenha interesse em debater o assunto. Então todos
1260 devem saber os horários e os trâmites que serão tratados para, em querendo, poderem
1261 participar das discussões desse grupo.

1262 Gostaria novamente e encarecidamente, que as mensagens fossem encaminhadas
1263 para todos os conselheiros nos endereços certos. Já mandei meu endereço quando assumi
1264 aqui e vou novamente informar, porque as últimas mensagens para a minha instituição
1265 não vieram para mim e nem para a minha suplente. Ou para uma caixa postal geral que
1266 cai numa secretária que fica em Cianorte e ela não sabe fazer a triagem de tantas
1267 mensagens.

1268 A Sr^a. **Laura Jesus de Moura e Costa**:- Queria reforçar a questão de
1269 disponibilizar o cronograma de reuniões das Câmaras Temáticas, a relação de todas as
1270 Câmaras Temáticas que existem no Conselho e sua respectiva composição. Hoje mesmo
1271 a gente trabalhou com quatro e não sabemos se são cinco, sete ou oito... não sabemos
1272 quantas Câmaras Temáticas existem no Conselho, qual sua composição e qual o
1273 cronograma de reuniões. E se possível o dia, o local e o horário.

1274 Outra questão que queria registrar é a convocatória da Conferência Nacional de
1275 Meio Ambiente que a Ministra já convocou para o início do ano que vem. E geralmente
1276 as conferências ocorrem sem uma discussão dentro do Conselho e este ano o tema central
1277 vai ser Mudanças Climáticas. No Paraná já existe uma comissão que está trabalhando
1278 essa questão e que a proposta é cruzar com a agricultura, com os recursos hídricos, com
1279 biodiversidade, com saúde, com educação e gênero. Então, acho que precisaríamos pelo
1280 menos colocar como pauta essa Conferência. Outro ponto é sobre o zoneamento para
1281 plantação de pínus - que já coloquei desde o ano passado venho insistindo nisso. Se já
1282 avançou alguma questão em relação a esse zoneamento e aproveitar para dizer que o
1283 Parque das Lauráceas na região de Adrianópolis e pegando mesmo desde aqui de cima,
1284 de Tunas, ali ele está sendo invadido por pínus. Se for uma Unidade de Conservação é

1285 para ser com espécies nativas. Acho que tinha de ter um monitoramento da invasão das
1286 espécies invasoras nas unidades de conservação e ser feita à retirada. Isso é possível fazer
1287 em parceria com a comunidade se fizer um trabalho sério – com a comunidade, com a
1288 população do entorno da Unidade de Conservação para retirar as espécies invasoras.
1289 Lembramos aqui, que Vila Velha já foi. Inclusive foi exigido – legalmente, judicialmente
1290 exigida a retirada de pinus de lá.

1291 O Sr. **Vitor Hugo Ribeiro Burko**:- Só para tranquilizar a Conselheira Laura, o
1292 IAP formulou e colocou em vigor uma portaria, cerca de 60 dias, exatamente definindo
1293 as espécies exóticas, tanto de flora quanto de fauna, estabelecendo alguns critérios para a
1294 erradicação desses invasores especialmente nas áreas de conservação, já estamos bastante
1295 adiantados internamente no IAP com a política de definição estratégica de erradicação
1296 dessas espécies em áreas públicas e também em áreas de preservação permanente e em
1297 outras áreas de interesse ambiental. Este assunto já está bem encaminhado. Conselheiro
1298 Gava.

1299 O Sr. **Roberto Gava**:- O debate do assunto pombas, com a colocação do
1300 Tourinho, lembrando o documento legal emanado pelo Ibama e com o detalhamento que
1301 o Ibama só poderá autorizar desde que a propriedade tenha regularizado sua situação
1302 ambiental, que aqui no Paraná chamamos de SISLEG, pareceu-me um instrumento muito
1303 interessante, muito motivador para a regularização ambiental. Disso surge-me a
1304 inspiração para que a Sema em conjunto com o IAP, já que a SEMA tem o Boletim Lobo
1305 Guará, que em cada edição desse boletim enumere e indique a quantidade de
1306 propriedades rurais que naquele período regularizaram sua situação relativa ao SISLEG.
1307 Parece-me que isso é muito construtivo, é indicativo à sociedade de como o instrumento
1308 SISLEG está sendo adotado. De modo que fica a sugestão, não sei se é bem pertinente a
1309 este Conselho, mas aproveitei o espaço e fiz a sugestão. Obrigado.

1310 O Sr. **Vitor Hugo Ribeiro Burko**:- Conselheiro Tourinho, para suas
1311 considerações finais.

1312 O Sr. **Luiz Anselmo Merlin Tourinho**:- Queria propor a este Conselho, isso já
1313 tentei trazer esta discussão para dentro do IAP, que é a questão do BHC. Temos uma
1314 quantidade enorme de BHC armazenada no campo em armazéns precários e produtores
1315 rurais perguntando para nós da Federação o que fazer com este BHC. Tive uma conversa
1316 com um integrante do IAP um dia desses aí, e um dos municípios onde tem uma
1317 quantidade de aproximadamente cinco toneladas de BHC armazenada, a Federação da
1318 Agricultura se propôs até a fornecer o transporte para tirar esse BHC do local e não
1319 obtivemos resposta. Então acho que seria interessante que montássemos aqui um grupo
1320 de trabalho ou uma Câmara Temática, não sei, que discutisse essa questão do BHC que
1321 acho seríssima. Temos uma quantidade enorme no campo que está armazenada em
1322 lugares totalmente precários.

1323 A Sr^a. **Laura Jesus de Moura e Costa**:- Não entra nesta Câmara Temática de

1324 produtos perigosos?

1325 O Sr. **Luiz Anselmo Merlin Tourinho**:- Não entra nesta Câmara Temática de
1326 produtos perigosos. Estou propondo aqui que a gente discuta essa questão que é
1327 importantíssima.

1328 O Sr. **Vitor Hugo Ribeiro Burko**:- Agora falando novamente como Presidente do
1329 IAP. O IAP está totalmente aberto para que conjuntamente, encontremos uma solução
1330 para um assunto da maior gravidade, talvez o assunto mais grave que comentamos em
1331 toda a reunião de hoje. Todos sabemos o impacto que o BHC causa e a temporalidade, a
1332 longevidade que tem um impacto desse tipo. Consulto aos Srs. Conselheiros se mais
1333 alguém quer usar a palavra?

1334 O Sr. **José Antônio de Andrade Duarte**:- Sr. Presidente, como representante dos
1335 municípios venho reforçar esse pedido pela FAEP. No Governo anterior se começou um
1336 programa de retirada, só que foi praticamente insipiente. Dentro desse montante, nos
1337 temos na região da AMERIOS, todas essas áreas mapeadas e feito todo um
1338 cadastramento através do CORIPA e do PROPSIPAX que já foi encaminhado para o
1339 IAP. Se o senhor fizer uma pesquisa dentro das regionais do IAP vai encontrar dados que
1340 já foi pedido, já foi reforçado e já tomou uma proporção grande, porque o produtor fica
1341 com medo de se cadastrar pensando que vai tomar uma multa. Tentamos conscientizar
1342 que ele não vai tomar uma multa, que vai apenas fazer o cadastro e vamos encaminhar
1343 este cadastro para o IAP. Acho que teria que ser montado realmente uma Câmara
1344 Temáticas ou um grupo de estudos, porque hoje se fizemos uma análise dentro de cada
1345 regional do IAP, o senhor achará dados alarmantes. Obrigado.

1346 O Sr. **Vitor Hugo Ribeiro Burko**:- Consulto se mais alguém deseja fazer
1347 considerações finais. Não havendo mais considerações, agradecemos a presença de todos
1348 e a participação e declaro encerrada a presente reunião.